

# RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

EXERCÍCIO  
2016

VIÇOSA - JUNHO/2017

# **RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES**

## **EXERCÍCIO 2016**

VIÇOSA – MINAS GERAIS

JUNHO/2017

## MENSAGEM AOS PARTICIPANTES

O Relatório Anual de Informações (RAI) 2016 apresenta um conjunto detalhado de atividades desenvolvidas pelo Agros e seus resultados no ano.

O ano de 2016 foi estratégico para o segmento de previdência complementar fechada. No Brasil, as discussões em torno da reforma da previdência foram intensas. Com a provável redução nos benefícios, a inserção da idade mínima para aposentadoria e aumento do tempo mínimo de contribuição, a tendência é que as pessoas procurem alternativas para não depender exclusivamente da Previdência Social. Atento a isso, o Agros buscou ampliar o número de instituidores do Plano Agros CD-01. O primeiro passo nessa direção foi a assinatura do convênio de instituidor com a Associação dos Ex-alunos da UFV, o que amplia consideravelmente o número de participantes em potencial.

A preocupação com o cenário brasileiro e a busca pelo crescimento sustentável levaram o Agros a priorizar a elaboração de seu planejamento estratégico para o período 2017-2020. Na primeira etapa desse planejamento, realizada em 2016, foram redefinidas a missão e a visão do Instituto. Nossa missão passa a ser “Gerir planos previdenciários e de saúde com eficiência, segurança e sustentabilidade, proporcionando aos beneficiários condições para melhor qualidade de vida”. E nossa visão “Ser referência em qualidade e rentabilidade nos segmentos em que atua, com crescimento do número de beneficiários e custos competitivos”. Missão e visão norteiam as ações dos Instituto e já estamos trabalhando para assegurar seu cumprimento.

Estamos colocando o RAI à disposição dos participantes em formato digital, em coerência com nosso Programa de Responsabilidade Socioambiental, com redução do uso de papéis. Sugerimos, a quem for possível, arquivar o Relatório em meio digital. Lembramos que aqueles que desejarem a versão impressa do RAI devem solicitá-la presencialmente, na Gerência de Relacionamento do Agros, ou pelo e-mail <contatos@agros.org.br>. De acordo com a Instrução Normativa nº 13 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, de 13 de novembro de 2014, o envio do RAI impresso a todos os participantes não é obrigatório.

Esperamos que façam uma boa leitura. Estamos à disposição para esclarecimento de dúvidas.

Diretoria Executiva

## SUMÁRIO

Principais Atividades	3
Perfil dos Participantes Agros	5
Gestão dos Planos	6
Planos Previdenciários	6
Planos Assistenciais	12
Despesas dos Programas de Prevenção	14
Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros	17
Resumo da Política de Investimentos	18
Demonstrativo dos Investimentos	19
Desempenho Financeiro	23
Demonstrações Contábeis	24
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	31
Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	51
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial	54
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Celetista	65
Parecer Atuarial do Plano Previdenciário Estatutário	67
Relatórios dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	69
Parecer do Conselho Fiscal	79
Manifestação do Conselho Deliberativo	81

## PRINCIPAIS ATIVIDADES EM 2016

Em 2016, como em todos os outros anos, o Agros trabalhou para oferecer serviços de qualidade a seus participantes, cumprir suas obrigações legais e atender as exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores, especialmente a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Apresentamos abaixo algumas informações sobre o quadro funcional do Agros e as principais atividades realizadas em 2016.

O Agros conta com 76 colaboradores em seu quadro funcional, sendo 67 em Viçosa, dois na Unidade de Atendimento de Belo Horizonte e sete em Florestal. Do total de funcionários, 66% são do sexo feminino e 34% são do sexo masculino; 61,8% têm pós-graduação, 30,2% têm graduação, 2,6% possuem graduação incompleta e 5,2% têm formação até o ensino médio. A maior parte dos funcionários, 68%, têm até 10 anos de trabalho no Agros; 25% têm entre 20 e 30 anos e 7% têm mais de 30 anos.

O Instituto administra três planos de previdência complementar e oito planos de saúde. Quanto aos investimentos, conta com uma carteira de empréstimos com mais de três mil contratos ativos. A gestão da carteira imobiliária do Agros é própria. Em 2016, foram 48 contratos de locação vigentes, que se referiam, em Viçosa, ao Centro Comercial Arthur Bernardes Filho (Viçosa Shopping) e a um imóvel na Av. Marechal Castelo Branco; em Belo Horizonte, a onze pavimentos do Edifício Comendador Barbosa Mello, ao 22º andar do Edifício Mirafiori e a participação de 23,07% no Edifício Lifecenter. O que se destaca em relação aos dados de 2015 é a venda da sala comercial no Edifício Brasília Radio Center, localizado em Brasília, DF.

Para atender à demanda de transporte e locomoção, o Agros possui dois veículos (um Toyota Corola e um Corsa Classic), uma ambulância Mercedes Benz CDI e uma motocicleta Honda CG para serviços locais.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Instituto em 2016, destacam-se:

- Assinatura do Convênio de Adesão de novo Instituidor do Plano Agros CD-01 com a Associação dos Ex-alunos da UFV;
- Revisão do Regulamento Plano Agros CD-01, com alteração da contribuição mínima e inclusão da possibilidade de resgate parcial de recursos; a última alteração citada aguarda aprovação da Previc;
- Acompanhamento e levantamentos de informações para o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a Previc;
- Liberação do Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida - Emaadi para os participantes ativos do Plano B;
- Reavaliação atuarial – Revisão de hipóteses e premissas atuariais, com destaque na tábua de Entrada em Invalidez para o Plano B e alteração no Custeio dos Planos A e B;
- Mudança de atuário previdencial;
- Continuidade das Campanhas: de Aniversário; de Vacinação contra a Gripe; Outubro Rosa e Novembro Azul; e de Combate ao Sedentarismo;
- Aprimoramento do Programa Agros de Assistência Domiciliar;
- Parceria com a UFV na Campanha Março de Boa: Campanha de Prevenção do Uso abusivo de Álcool e outras Drogas;
- Criação do Programa Agros de Promoção ao Nascimento Saudável;
- Campanha de Promoção da Saúde na Semana do Produtor Rural do Campus da UFV em Florestal – MG;
- Continuidade das atividades do Semente - Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental – e do Espaço Movimento - Serviço Agros de Atividade Física e Saúde (para os beneficiários de Florestal);

- Continuidade das atividades do Espaço de Apoio a Infância e Adolescência, vinculado ao Semente – Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental;
- Mudança de sistema de gestão de dados, com a contratação de nova empresa, e integração das Gerências;
- Implantação da Prova de Vida, que permite manter atualizado o cadastro de assistidos;
- Início da revitalização do Centro Comercial Arthur Bernardes Filho (Viçosa Shopping);
- Implantação do novo programa de avaliação de desempenho dos funcionários, com etapas de avaliação feita pelos gestores, autoavaliação e plano de desenvolvimento individual;
- Início do Programa de Desenvolvimento Estratégico e do Programa de Formação de Sucessores.
- Realização de treinamentos institucionais na sede do Agros – entre eles, Capacitação em Previdência Complementar (Governança Corporativa de EFPC e Atuária aplicada à EFPC) e Treinamento em Saúde Suplementar, tendo em vista a necessidade de capacitação e certificação de conselheiros, dirigentes e funcionários;
- Continuidade do Programa de Responsabilidade Socioambiental, com incentivo à redução do uso de papéis e descartáveis, e dos gastos com água e energia elétrica;

## PERFIL DOS PARTICIPANTES AGROS EM 2016

Os participantes do Agros estão divididos em três planos previdenciários e oito planos assistenciais. O Plano Previdenciário A tem como participantes os trabalhadores vinculados a um dos patrocinadores do Instituto (UFV e Agros) com contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além de funcionários das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar. Atualmente somam 310 participantes entre ativos, assistidos e pensionistas, o que representa 4,99% do total de participantes do Agros.

No Plano Previdenciário B estão os servidores vinculados à patrocinadora UFV inscritos até 2007 cujos contratos de trabalho são regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU). Do total de participantes do Agros, 4.237 (68,20%) pertencem ao Plano B.

O Plano Previdenciário Agros CD-01 é constituído de 1.666 pessoas, vinculadas a um dos instituidores do plano: UFVCredi, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec) e Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG). Este plano conta com 26,81% dos participantes do Instituto.

Os planos assistenciais ofertados pelo Agros são o PAS-UFV e os Agros Saúde I, II e III com e sem Odontologia e Agros Saúde IV com odontologia. O Plano Agros Saúde IV sem odontologia foi encerrado pela ANS por ausência de vínculo de beneficiários. O PAS-UFV encontra-se fechado para novas inscrições desde 2013.

Os Planos Agros Saúde I são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação individual. Os Planos Agros Saúde II são de segmentação ambulatorial, hospitalar e obstetrícia, com ou sem odontologia e acomodação coletiva. Os Planos Agros Saúde III e IV ofertam os mesmos benefícios que os Planos Agros Saúde I e II, respectivamente, e atendem exclusivamente aos participantes lotados em Brasília, Capinópolis e Rio Paranaíba.

Os Planos de Saúde administrados pelo Agros contam com 5.131 participantes titulares; 6.640 dependentes (cônjuges e filhos de titulares de até 21 anos ou 24, se estudantes) e 4.241 agregados (filhos que já não se enquadram em dependentes diretos, netos e pais de titulares), totalizando 16.012 beneficiários.

Do total de beneficiários dos planos de saúde, 84,31% estão inscritos no Agros Saúde I com Odontologia, 11,34% no Agros Saúde I sem Odontologia, 3,01% no Agros Saúde III com Odontologia, 0,7% no Agros Saúde III sem Odontologia, 0,36% no Agros Saúde II com Odontologia, 0,15% no PAS-UFV e 0,13% no Agros Saúde II sem Odontologia. O plano Agros Saúde IV com Odontologia não teve participantes inscritos.

Quanto à localização geográfica, 7,3% dos beneficiários dos planos de saúde encontram-se em Florestal, 2,3% em Rio Paranaíba e Capinópolis, 1,6% em Belo Horizonte, 10% em outras cidades e a maior parte se concentra em Viçosa, 78,8%.

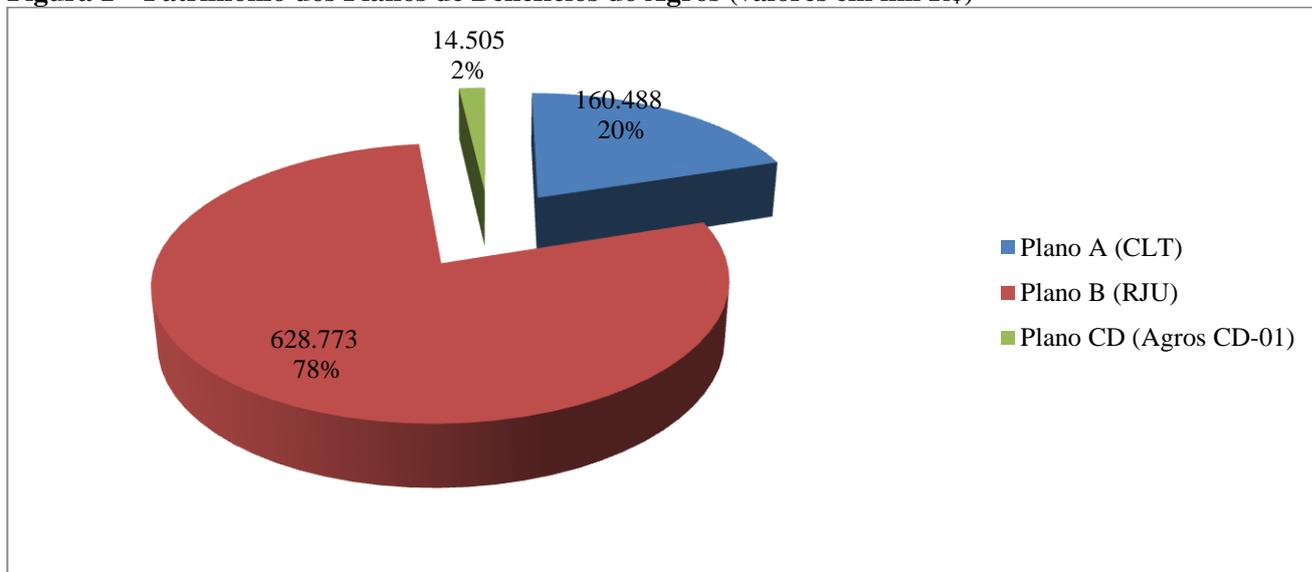
Com relação ao perfil etário, 28,41% dos beneficiários dos planos de saúde possuem 59 anos ou mais. Entre 44 e 58 anos, são 18,97%; entre 29 e 43 anos, 19,3% e os 33,33% restantes possuem entre 0 e 28 anos.

## GESTÃO DOS PLANOS

### PLANOS PREVIDENCIÁRIOS

Os quadros a seguir apresentam um panorama dos planos de previdência administrados pelo Agros e os resultados alcançados no exercício de 2016.

**Figura 1 – Patrimônio dos Planos de Benefícios do Agros (valores em mil R\$)**

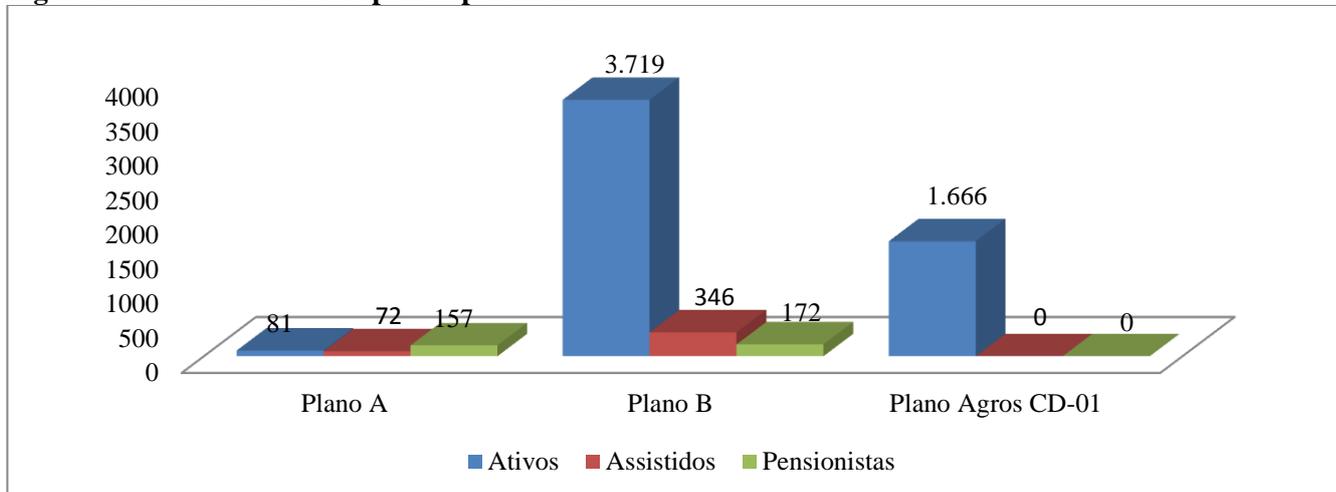


**Quadro 1 - Número de Participantes por Plano**

	2016			2015		
	Plano A	Plano B*	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Ativos	81	3.719	1.666	79	3.789	1.580
Assistidos	72	346	0	75	350	0
Pensionistas	157	172	0	159	159	0
Participantes	<b>310</b>	<b>4.237</b>	<b>1.666</b>	<b>313</b>	<b>4.298</b>	<b>1.580</b>
<b>Total</b>	<b>6.213</b>			<b>6.191</b>		

\*Estão incluídos no Plano B, como Ativos, os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefício mensal do Agros.

**Figura 2 - Número de Participantes por Plano**



Em 2016, o Plano A teve inscrição de dois novos participantes. Já o Plano B, que é fechado para novas adesões desde 2008, teve redução de 70 participantes ativos, mas permanece com o maior número de inscritos. O Plano Agros CD-01 teve um acréscimo de 86 participantes.

**Quadro 2 - Número de Benefícios Previdenciários de Renda Continuada, em Manutenção**

Benefícios	2016			2015		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Abono de aposentadoria	0	2	0	0	2	0
Tempo de contribuição	49	0	0	49	0	0
Por idade	9	118	0	9	125	0
Por invalidez	9	226	0	9	223	0
Especial	4	0	0	5	0	0
Pensão por morte	157	172	0	159	159	0
Auxílio doença	1	0	0	3	0	0
Auxílio reclusão	0	0	0	0	0	0
Renda mensal/participante	0	0	0	0	0	0
Renda mensal/beneficiário	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>229</b>	<b>518</b>	<b>0</b>	<b>234</b>	<b>509</b>	<b>0</b>

\*Não estão incluídos no Plano B os aposentados por tempo de serviço que não recebem benefícios mensais do Agros.

Benefícios de Renda Continuada são aqueles pagos mensalmente ao participante ou a seus dependentes/pensionistas, após falecimento do participante. O número de benefícios sofre variações de mês a mês, dependendo de novas concessões e/ou término de benefícios. Em 2016, no total, foram pagos 747 benefícios de renda continuada, sendo 229 do Plano A e 518 a participantes/pensionistas do Plano B. O Plano Agros CD-01, com nove anos de existência, ainda não paga benefícios dessa natureza.

**Quadro 3 - Número de Benefícios de Pagamento Único e Resgates**

Benefícios	2016			2015		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pecúlio por Morte	3	61	0	6	42	0
Auxílio Natalidade	3	11	0	2	8	0
Auxílio Funeral	0	18	0	2	20	0
Reserva de Poupança	0	2	47	2	0	37
Portabilidade	2	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>92</b>	<b>47</b>	<b>12</b>	<b>70</b>	<b>37</b>

Pelos dados apresentados no quadro acima é possível constatar que, de 2015 para 2016, houve aumento no total de pagamentos dos benefícios “Pecúlio por Morte” e “Auxílio Natalidade”, e redução na concessão de “Auxílio Funeral”. Também houve aumento de resgates da “Reserva de Poupança”.

**Quadro 4 - Adições Previdenciárias / Retorno de Investimentos por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)**

Adições/Retorno de Investimentos						
	2016			2015		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Contribuições	238	698	4.247	189	676	2.078
Investimentos	19.393	79.086	1.527	6.475	29.439	942
<b>Total Geral</b>	<b>105.189</b>			<b>39.799</b>		

O quadro apresenta as adições, que são as receitas provenientes das contribuições diretas dos participantes e da patrocinadora (no caso do Plano A) aos Planos. O quadro traz também os valores do retorno dos investimentos.

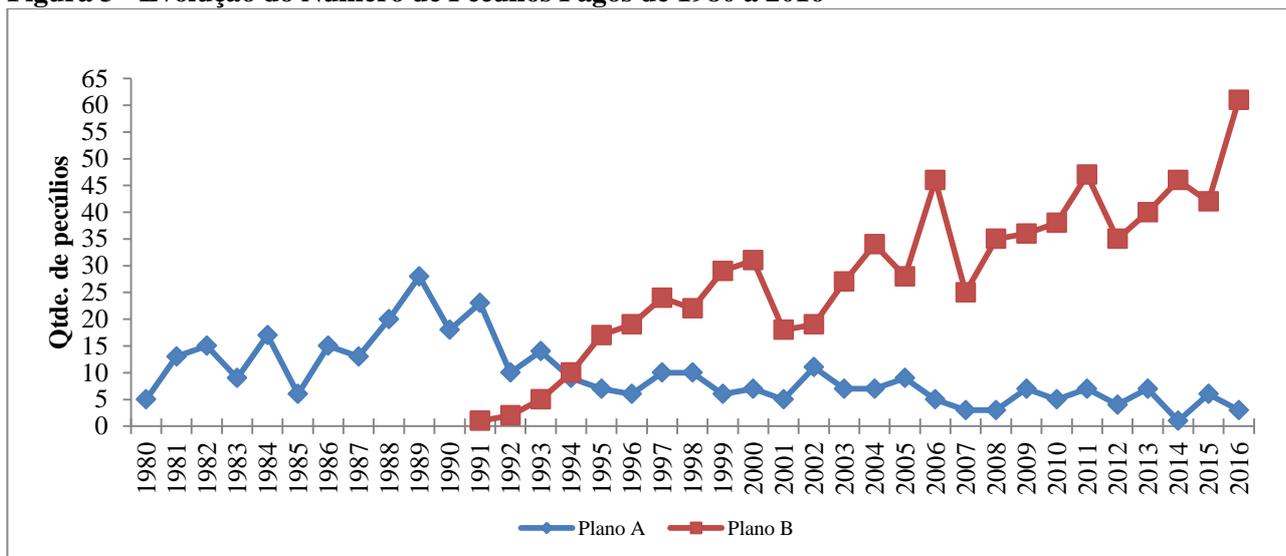
**Quadro 5 - Deduções Previdenciárias /Custeio por Plano de Benefício (Valores em mil - R\$)**

	Deduções					
	2016			2015		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
Pagamento de Benefícios	11.728	9.272	308	6.546	7.868	-
Custeio das Despesas Administrativas	33	95	42	29	100	21
<b>Total Geral</b>	<b>21.478</b>			<b>14.564</b>		

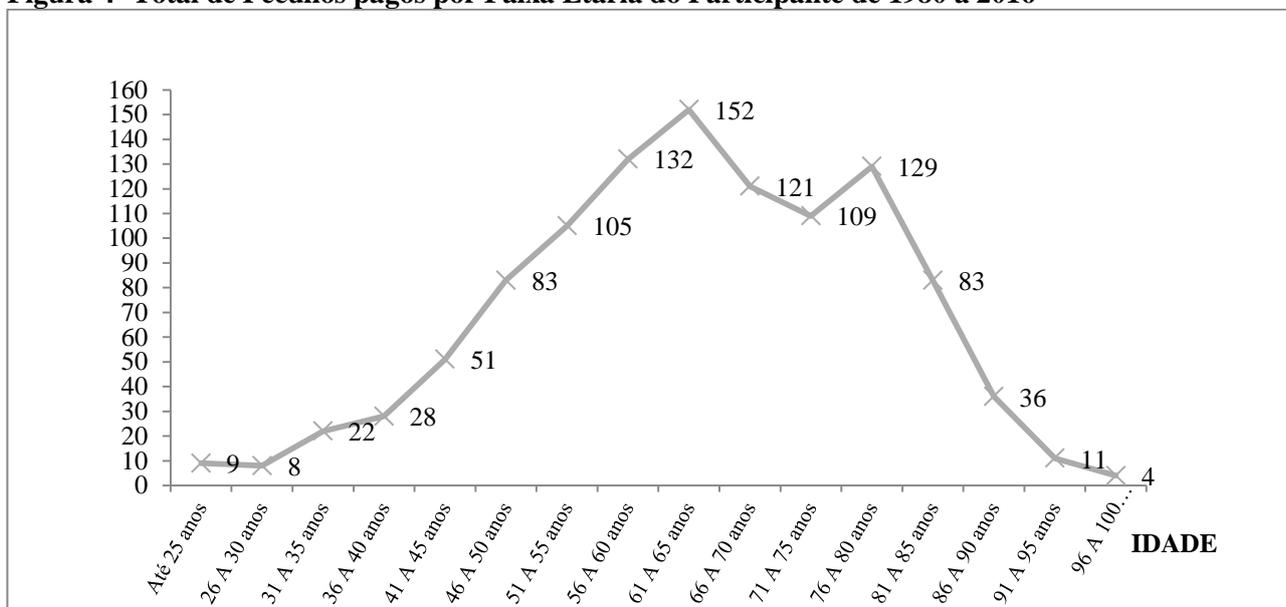
**Quadro 6 - Deduções Previdenciárias, por Tipo de Benefício (Valores em mil - R\$)**

Benefícios	2016			2015		
	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01
<b>De Pagamento Continuado</b>						
Tempo de Contribuição	2.342	-	-	2.146	-	-
Por Idade	219	1.368	-	348	1.266	-
Especial	205	-	-	241	-	-
Abono de Aposentadoria	207	4	-	-	4	-
Por Invalidez	124	2.395	-	108	2.057	-
Pensão por Morte	3.680	1.555	-	3.198	1.332	-
Auxílio Doença	63	-	-	93	-	-
Auxílio Reclusão	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Participante	-	-	-	-	-	-
Renda Mensal/Beneficiário	-	-	6	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.840</b>	<b>5.322</b>	<b>6</b>	<b>6.134</b>	<b>4.659</b>	<b>-</b>
<b>De Pagamento Único</b>						
Pecúlio Morte	246	3.870	-	393	3.146	-
Auxílio Natalidade	8	19	-	5	13	-
Auxílio Funeral	-	48	-	5	47	-
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>3.937</b>	<b>-</b>	<b>403</b>	<b>3.206</b>	<b>-</b>
<b>Resgate/Portabilidade</b>						
Resgate Reserva de Poupança	4.635	9	302	9	0	240
<b>Total</b>	<b>4.635</b>	<b>9</b>	<b>302</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>240</b>
<b>Outras Despesas</b>						
Outras Deduções	-	3	-	-	3	1
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral</b>	<b>11.729</b>	<b>9.271</b>	<b>308</b>	<b>6.546</b>	<b>7.868</b>	<b>241</b>

**Figura 3 - Evolução do Número de Pecúlios Pagos de 1980 a 2016**



**Figura 4 - Total de Pecúlios pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2016**

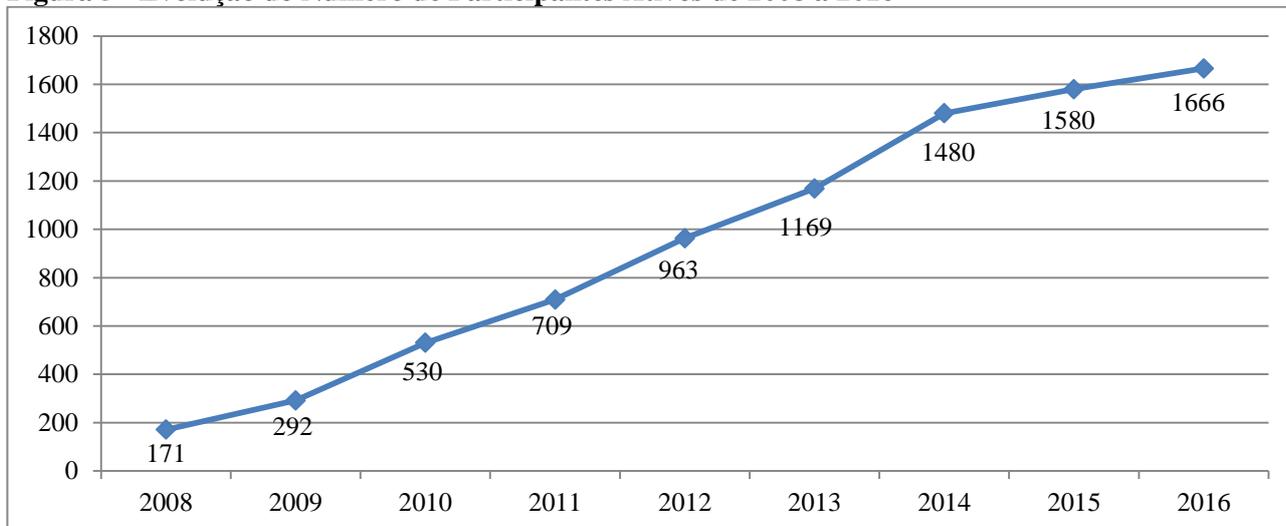


Na figura “Evolução do pagamento de pecúlios pagos de 1980 a 2016” é possível notar o crescimento de concessões do benefício no Plano B, o que indica envelhecimento do grupo de participantes. A concessão do benefício aos participantes do Plano A tem apresentado poucas oscilações significativas ao longo dos últimos anos.

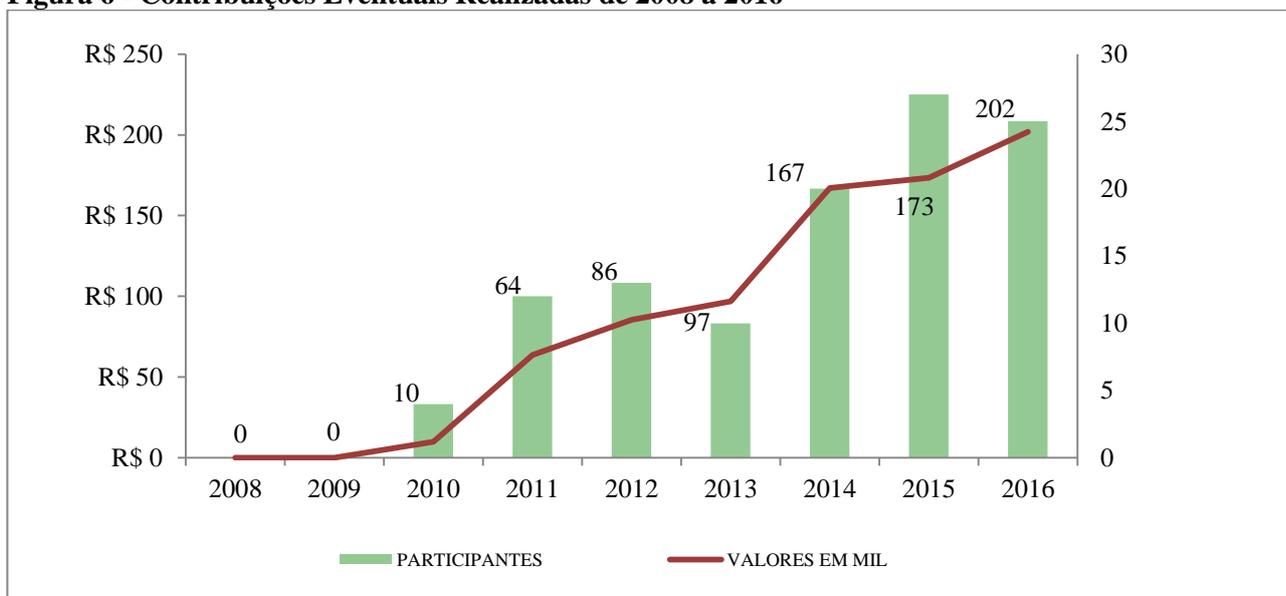
A figura “Total de Pecúlios Pagos por Faixa Etária do Participante de 1980 a 2016” aponta que, desde a fundação do Agros, o maior número de pecúlios foi pago devido ao falecimento de participantes com idade entre 61 e 65 anos.

**PLANO AGROS CD-01**

**Figura 5 - Evolução do Número de Participantes Ativos de 2008 a 2016**

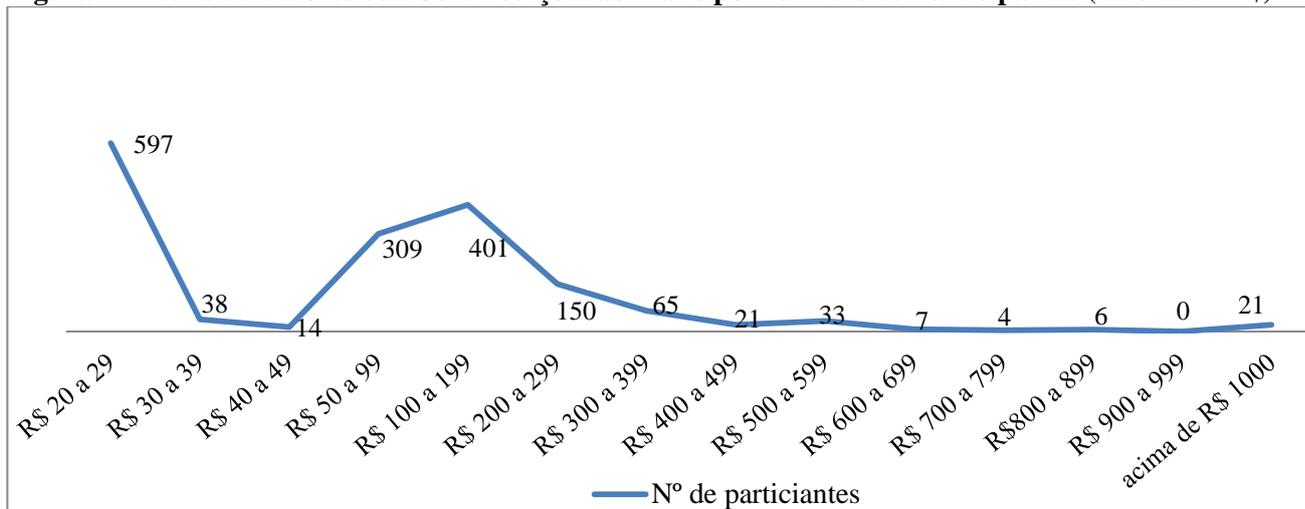


**Figura 6 - Contribuições Eventuais Realizadas de 2008 a 2016**

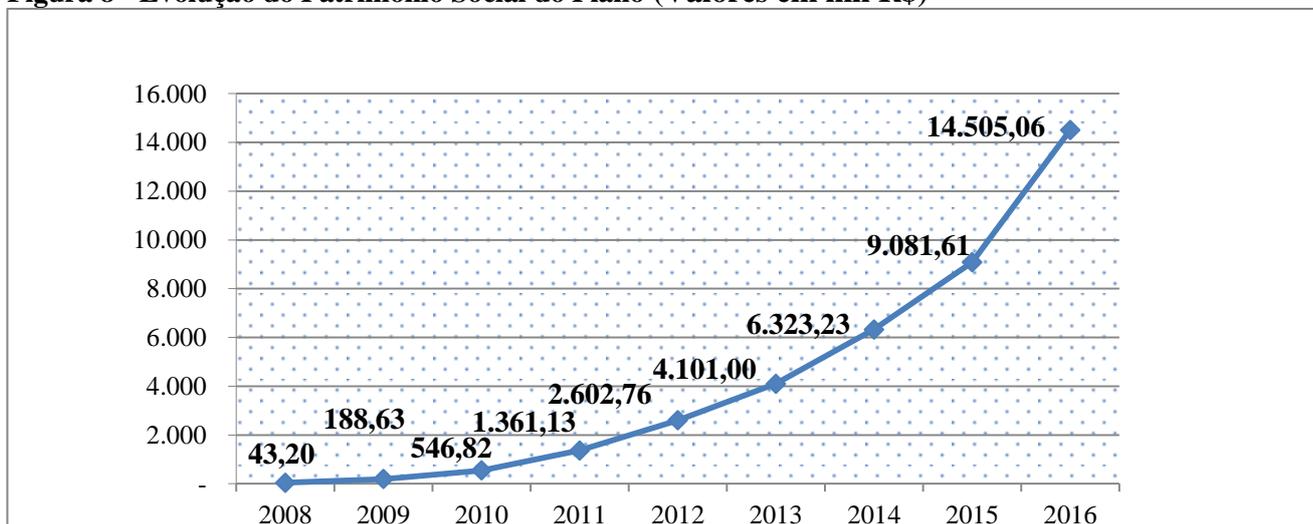


Observa-se na figura que em 2016, apenas 25 pessoas fizeram aporte extra (contra 27 em 2015). Contudo, o montante arrecadado no ano foi maior, porque os valores de aportes individuais em 2016 foram maiores.

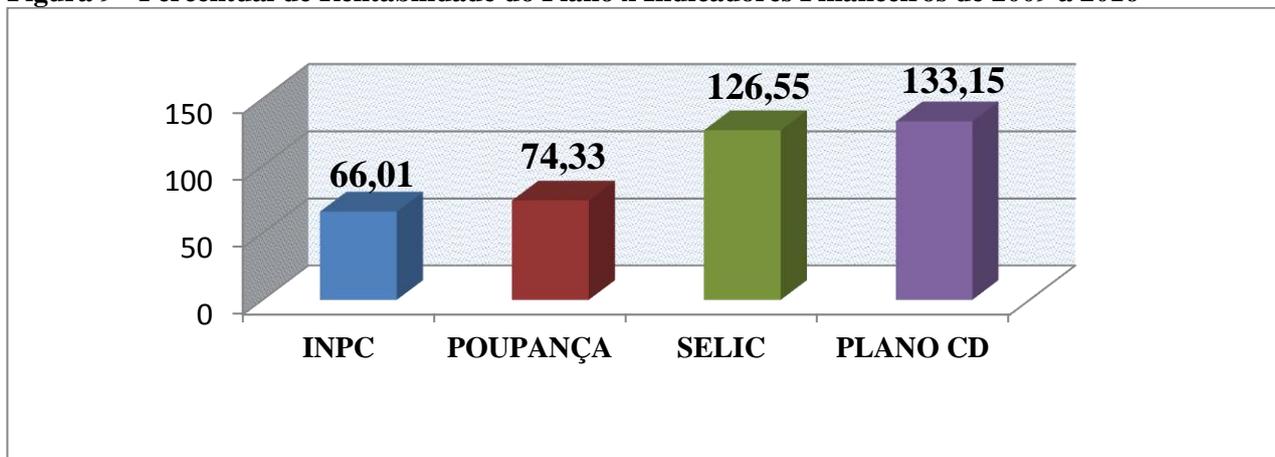
**Figura 7 – Faixa de Valores das Contribuições ao Plano por Número de Participantes (Valores em R\$)**



**Figura 8 - Evolução do Patrimônio Social do Plano (Valores em mil R\$)**



**Figura 9 - Percentual de Rentabilidade do Plano x Indicadores Financeiros de 2009 a 2016**



A Figura 9 demonstra que o percentual acumulado da rentabilidade do Plano Agros CD-01 de 2009 a 2016 é superior ao acumulado dos principais indicadores financeiros utilizados no país.

PLANOS ASSISTENCIAIS

Quadro 7 - Número de Participantes e de Dependentes, por Patrocinador

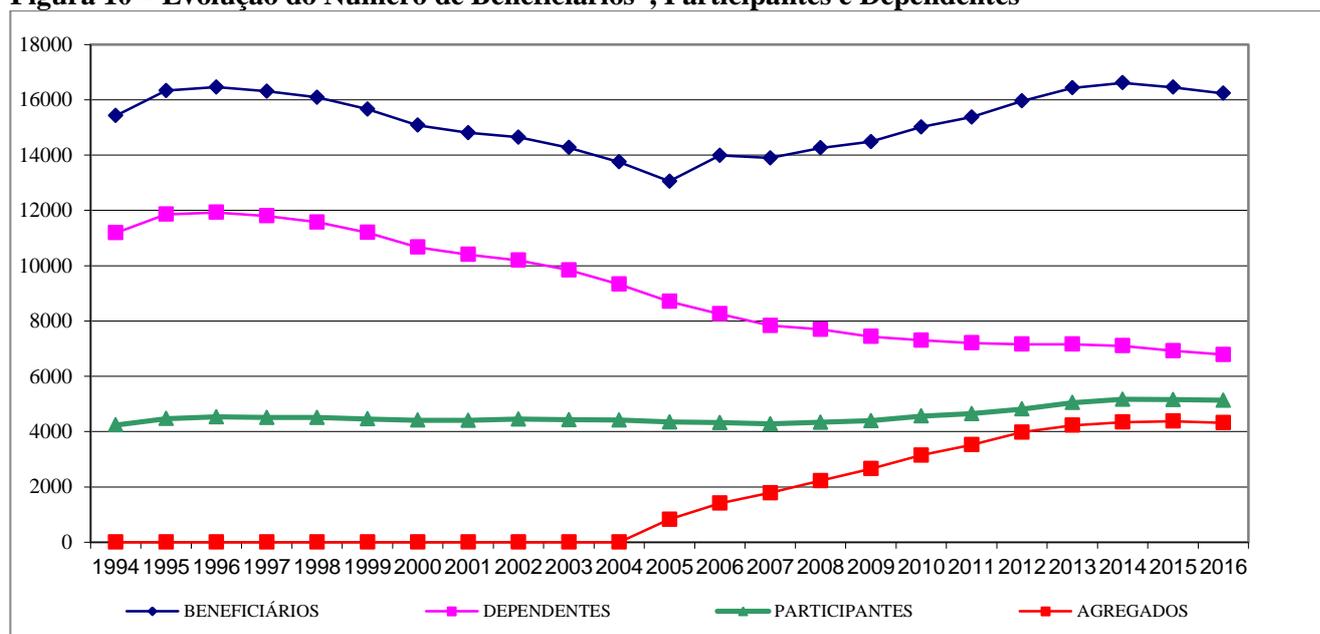
Patrocinador	2016					2015					Variação Anual (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	
UFV	5.022	6.642	4.239	15.903	97,98	5.051	6.775	4.296	16.122	97,99	-1,36
Funarbe*	3	5	-	8	0,05	3	4	2	9	0,05	-11,11
Agros	101	133	69	303	1,87	98	139	67	304	1,85	-0,33
Centreinar	5	4	8	17	0,10	5	4	9	18	0,11	-5,56
<b>Total</b>	<b>5.131</b>	<b>6.784</b>	<b>4.316</b>	<b>16.231</b>	<b>100</b>	<b>5.157</b>	<b>6.922</b>	<b>4.374</b>	<b>16.453</b>	<b>100</b>	<b>-1,35</b>

\*Funcionários das ex-patrocinadoras Funarbe e Centreinar que continuaram vinculados ao Instituto após a rescisão do Contrato de Adesão.

Quadro 8 - Número de Participantes e de Dependentes, por Plano

Planos	2016					2015					Evolução (%)
	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	Participantes	Dependentes	Dependentes Agregados	Total	%	
PAS-UFV	7	17	-	24	0,15	7	17	-	24	0,15	-
Agros Saúde I com Odontologia	4.238	5.706	3.739	13.683	84,31	4.285	5.873	3.809	13.967	84,89	-2,03
Agros Saúde I sem Odontologia	620	757	464	1.841	11,34	602	742	460	1.804	10,96	2,05
Agros Saúde II com Odontologia	30	27	1	58	0,36	27	24	1	52	0,32	11,54
Agros Saúde II sem Odontologia	10	3	8	21	0,13	9	4	5	18	0,11	16,67
Agros Saúde III sem Odontologia	46	41	27	114	0,70	40	40	19	99	0,60	15,15
Agros Saúde III com Odontologia	180	233	77	490	3,01	187	222	80	489	2,97	-
Agros Saúde IV com Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>5.131</b>	<b>6.784</b>	<b>4.316</b>	<b>16.231</b>	<b>100</b>	<b>5.157</b>	<b>6.922</b>	<b>4.374</b>	<b>16.453</b>	<b>100</b>	<b>-1,35</b>

Figura 10 – Evolução do Número de Beneficiários\*, Participantes e Dependentes



\* O total dos beneficiários equivale ao somatório dos participantes mais dependentes e agregados.

**Quadro 9 - Quantidade e Valor dos Procedimentos de Saúde utilizados<sup>1</sup> (Valores em R\$)**

Procedimentos	2016			2015 <sup>2</sup>			Evolução	Evolução
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade (%)	Custo (%)
Consulta	77.165	7.512.027,30	15,24	68.105	6.505.227,04	15,81	13,30	15,48
Exames	291.456	10.173.720,48	20,65	217.244	8.373.657,91	20,36	34,16	21,50
Proc. ambulatoriais	9.149	867.910,04	1,76	7.513	640.807,87	1,56	21,78	35,44
Fisioterapia	33.352	662.659,87	1,34	27.329	524.435,61	1,27	22,04	26,36
Acupuntura	1.752	134.332,91	0,27	2.060	158.363,56	0,38	-14,95	-15,17
Hemodiálise	3.182	680.713,81	1,38	2.730	791.228,56	1,92	16,56	-13,97
Hemoterapia	628	19.859,67	0,04	661	74.264,32	0,18	-4,99	-73,26
Quimioterapia	637	3.823.029,77	7,76	533	2.253.907,40	5,48	19,51	69,62
Radioterapia	268	413.915,83	0,84	255	501.845,68	1,22	5,10	-17,52
Psicologia	15.507	681.499,60	1,38	12.133	537.569,28	1,31	27,81	26,77
Fonoaudiologia	2.598	103.697,04	0,21	2.321	89.106,54	0,22	11,93	16,37
Terapia Ocupacional	737	29.126,00	0,06	503	16.080,33	0,04	46,52	81,13
Nutrição	3.498	162.249,62	0,33	2.514	113.957,59	0,28	39,14	42,38
Taxas e Serviços Ambulatoriais	50.100	1.911.960,75	3,88	25.997	1.432.324,47	3,48	92,71	33,49
Internações	2.621	22.099.929,98	44,85	2.468	19.124.522,54	46,49	6,20	15,56
<b>Total</b>	<b>492.650</b>	<b>49.276.632,67</b>	<b>100</b>	<b>372.366</b>	<b>41.137.298,71</b>	<b>100</b>	<b>32,30</b>	<b>19,79</b>

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.

2. Custo de 2015 corrigidos pelo IPCA de 2016 (6,2881%).

Do custo total de “Internações” em 2016, o valor de **R\$ 4.896.788,31** refere-se à aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPMEs).

Além dos valores das despesas assistenciais constantes no Quadro 9, foram utilizados R\$ 376.414,76 para a aquisição de quimioterápicos orais, que passaram a ter cobertura do Agros a partir de 2014, com o novo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS; R\$ 11.577,79 foram utilizados para cobertura de adjuvantes (medicamentos de cobertura obrigatória, constante no rol da ANS, com diretriz clínica, para amenizar os efeitos colaterais da quimioterapia ou intensificar o desempenho do tratamento) e R\$ 18.725,34 para a compra e fornecimento de eritropoetina (medicamento de cobertura obrigatória para controlar anemia) para os pacientes em tratamento de hemodiálise. Esses dados são apresentados no Quadro 10.

**Quadro 10 – Custo de medicamentos e número de beneficiários atendidos (Valores em R\$)**

Medicamentos	2016			2015			Evolução Custo (%)
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio (R\$) anual por beneficiário	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	
Quimioterápicos Orais	376.414,52	34	11.071,02	411.792,6*	29	14.199,74	-8,6
Medicamentos Adjuvantes à Quimioterapia	11.577,79	14	826,99				
Medicação Eritropoietina - Hospitalar	12.940,38	16	808,77	20.059,20	16	1.253,70	-35,5
Medicação Eritropoietina - Domiciliar	5.784,96	5	1.156,99	5.972,40	7	853,20	-3,1
<b>Total Geral</b>	<b>406.717,65</b>	<b>69</b>	<b>5.894,46</b>	<b>437.824,20</b>	<b>52</b>	<b>8.419,70</b>	<b>-7,1%</b>

\*O custos com medicamentos quimioterápicos e adjuvantes no ano de 2015 foram contabilizados conjuntamente, por isso nesse ano o custo apresentado refere-se aos dois tipos de medicamentos.

**Quadro 11 - Quantidade e Valor dos Procedimentos Odontológicos Utilizados<sup>1</sup> (Valores em R\$)**

Classificação das Despesas Odontológicas	2016			2015 <sup>2</sup>			Evolução Quantidade (%)	Evolução Custo (%)
	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)	Quantidade	Custo (R\$)	Participação do Custo (%)		
Diagnose	9.578	314.211,42	10,18	7.420	247.451,03	10,15	29,08	26,98
Urgência/Emergência	631	33.664,28	1,09	612	31.740,50	1,30	3,10	6,06
Prevenção	8.714	272.669,70	8,83	6.792	192.128,92	7,88	28,30	41,92
Odontopediatria	1.821	64.062,90	2,08	1.185	36.696,07	1,51	53,67	74,58
Radiografia	19.031	262.299,52	8,50	18.412	250.771,47	10,29	3,36	4,60
Dentística	8.364	472.572,40	15,31	6.864	373.963,52	15,34	21,85	26,37
Endodontia	2.583	279.759,56	9,06	2.587	265.887,44	10,91	-0,15	5,22
Periodontia	10.430	510.916,84	16,55	7.971	372.405,34	15,28	30,85	37,19
Cirurgia	1.461	139.485,40	4,52	1.399	133.676,31	5,48	4,43	4,35
Próteses	3.036	731.440,44	23,70	2.465	525.444,04	21,56	23,16	39,20
Taxas	118	5.772,24	0,19	122	7.404,03	0,30	-3,28	-22,04
<b>Total</b>	<b>65.767</b>	<b>3.086.854,70</b>	<b>100</b>	<b>55.829</b>	<b>2.437.568,66</b>	<b>100</b>	<b>17,80</b>	<b>26,64</b>

1. As informações assistenciais prestadas à época da elaboração do RAI são objetos de auditoria e saneamento durante o ano seguinte, de modo que alguns valores podem sofrer alterações no Relatório posterior.
2. Custo de 2015 corrigidos pelo IPCA de 2016 (6,2881%).

**Quadro 12 - Receitas Assistenciais**

Receitas (Valores em mil - R\$)				
	2016		2015	
	Receitas Assistenciais	Receitas Financeiras	Receitas Assistenciais	Receitas Financeiras
Planos Assistenciais	54.709	5.527	49.609	4.863
<b>Total</b>	<b>60.236</b>		<b>54.472</b>	

**Quadro 13 - Despesas Assistenciais**

Despesas (Valores em mil - R\$)						
	2016			2015		
	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas	Coberturas Assistenciais	Despesas Financeiras	Despesas Administrativas
Planos Assistenciais	50.294	236	8.086	47.002	201	7.113
<b>Total</b>	<b>58.616</b>			<b>54.316</b>		

### DESPESAS DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO

O Agros investiu, em 2016, o montante de **R\$ 2.999.936,37** nos programas e campanhas de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Na tentativa de evitar gastos desnecessários com internações, no final de 2015 foi implantado o Programa Agros de Assistência Domiciliar, que contava, em dezembro de 2016, com 111 beneficiários acompanhados e tratados em domicílio. Esse programa possui a finalidade de desospitalizar os pacientes que apresentam doenças crônicas e que estejam acamados, sem possibilidade de acesso à rede credenciada.

**Quadro 14 – Programas e serviços de promoção da saúde e prevenção de doenças (Valores em R\$)**

Programas e serviços	2016			2015			Evolução dos custos (%)
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	
Semente - Serviço Agros de Atenção à Saúde Mental	612.244,89	27	22.675,74	536.185,15	33	16.248,03	14,2
Espaço Movimento - Serviço Agros de atividade física e saúde	124.569,85	100	1.245,70	112.524,91	100	1.125,25	10,7
Programa Agros de Assistência Domiciliar	1.944.382,24	111	17.516,96	1.148.210,97	103	11.147,68	69,3
<b>Total Geral</b>	<b>2.681.196,98</b>	<b>238</b>	<b>11.265,53</b>	<b>1.796.921,03</b>	<b>236</b>	<b>7.614,07</b>	<b>49,2%</b>

No Quadro 14 pode-se observar que o Programa de Assistência Domiciliar teve uma evolução do custo de 69,3% de 2015 para 2016, o que se deve ao aumento da complexidade dos casos tratados. Além dos custos com os programas e serviços, há os custos com as campanhas realizadas que são apresentados nos quadros 15 e 16.

**Quadro 15 – Campanhas de promoção à saúde e prevenção de doenças (Valores em R\$)**

Campanhas	2016			2015			Evolução dos custos (%)
	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	Custo (R\$)	Nº de beneficiários atendidos	Custo médio anual por beneficiário (R\$)	
Campanha Agros de Vacinação contra a Gripe	105.584,38	3.900	27,07	124.669,06	3.966	31,43	-15,3
Campanha de aniversário – Saúde dos Homens	74.274,44	1.499	49,55	75.810,11	1.286	58,95	-2,0%
Campanha de Aniversário – Saúde das Mulheres	111.802,86	1.811	61,74	74.909,19	1.069	70,07	49,3%
Campanha de Saúde Bucal	5.820,11	75	77,60	2.688,72	119	22,59	116,5
Campanha Agros pela Saúde Mental - Capacitação e debate sobre o autismo	1.473,00	123	11,98	-	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>298.954,78</b>	<b>7.408</b>	<b>40,36</b>	<b>278.077,08</b>	<b>6.440</b>	<b>43,18</b>	<b>7,5%</b>

Com exceção da campanha pela saúde mental, que teve início em 2016, as campanhas descritas no quadro 15 acontecem anualmente. O custo da Campanha de Vacinação contra a Gripe consiste no valor total despendido para a realização da mesma, considerando as vacinas aplicadas e contratação dos profissionais, além dos demais materiais e insumos. O custo da Campanha de Aniversário – Saúde do Homem e da Mulher considera o valor referente aos materiais publicitário e às isenções dos procedimentos realizados, conforme perfil da campanha. O custo da Campanha de Saúde Bucal apresentou grande diferença do ano de 2015 para 2016 devido ao perfil e público; em 2015, a campanha foi direcionada ao público infantil, para o qual foi elaborado material educativo e promovida palestra para os pais ou responsáveis, abordando a importância do cuidado com a saúde bucal. Em 2016 a campanha foi direcionada ao público adulto, mais especificamente aos pacientes do programa domiciliar e do Semente. Para a Campanha de Saúde Mental, foram promovidos dois eventos que tiveram o autismo como tema; o custo apresentado só foi possível devido ao pagamento de inscrições, o que financiou o evento quase em sua totalidade.

Além das campanhas demonstradas no Quadro 15, durante o ano de 2016 foram desenvolvidas campanha educativas em parceria com a UFV, destinadas ao público em geral, não sendo possível a contabilização de números de pessoas participantes. Para estas campanhas foram investidos o total de R\$19.784,61, conforme descrito no Quadro 16.

**Quadro 16 – Campanhas educativas de promoção à saúde e prevenção de doenças (Valores em R\$)**

<b>Campanhas</b>	<b>Custo em 2016 (R\$)</b>	<b>Custo em 2015 (R\$)</b>	<b>Evolução dos custos (%)</b>
Campanha Outubro Rosa	6.447,63	7.947,65	-18,9
Campanha Novembro Azul	7.273,46	8.640,25	-15,8
Campanha de Combate ao Sedentarismo	2.922,76	1.085,83	169,2
Campanha Março de Boa	3.140,76	9.020,00	-65,2
<b>Total Geral</b>	<b>19.784,61</b>	<b>26.693,73</b>	<b>-25,9%</b>

As despesas relacionadas no quadro “Campanhas educativas de promoção à saúde e prevenção de doenças” foram extraídas do relatório gerencial, no qual consideram-se todos os custos dos programas e benefícios concedidos aos beneficiários, inclusive as despesas com os profissionais atuantes em cada programa, o que difere do relatório contábil.

**DESPESAS ADMINISTRATIVAS COM PESSOAL E TERCEIROS**

**Quadro 17 - Demonstrativo das Despesas Administrativas com Pessoal e Terceiros (Valores em mil - R\$)**

Contas	2016						2015					
	Despesas Administrativas – PGA <sup>1</sup> (Pessoal e Terceiros)			Consolidado	Despesas Adm. Assistenciais Diretas	Total Geral	Despesas Administrativas - PGA (Pessoal e Terceiros)			Consolidado	Despesas Adm. Assistenciais Diretas	Total Geral
	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos	Gestão Assistencial				PGA	Gestão Previdencial	Gestão Investimentos			
				PGA								
<b>Pessoal e Encargos<sup>2</sup></b>	<b>3.885</b>	<b>2.141</b>	<b>6.435</b>	<b>12.461</b>	-	<b>12.461</b>	<b>3.518</b>	<b>1.812</b>	<b>5.390</b>	<b>10.720</b>	-	<b>10.720</b>
Conselheiros	290	62	339	<b>691</b>	-	<b>691</b>	228	47	263	<b>538</b>	-	<b>538</b>
Dirigentes	306	297	231	<b>834</b>	-	<b>834</b>	277	263	204	<b>744</b>	-	<b>744</b>
Pessoal Próprio	3.260	1.772	5.757	<b>10.789</b>	-	<b>10.789</b>	2.990	1.493	4.898	<b>9.381</b>	-	<b>9.381</b>
Estagiários	29	10	108	<b>147</b>	-	<b>147</b>	23	9	25	<b>57</b>	-	<b>57</b>
<b>Terceirizados</b>	<b>411</b>	<b>4</b>	<b>32</b>	<b>447</b>	-	<b>447</b>	<b>278</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>302</b>	-	<b>302</b>
Mão de Obra - Sede do Agros	411	4	32	<b>447</b>	-	<b>447</b>	278	3	21	<b>302</b>	-	<b>302</b>
<b>Prestadores de Serviços</b>	<b>1.119</b>	<b>133</b>	<b>304</b>	<b>1.556</b>	-	<b>1.556</b>	<b>580</b>	<b>57</b>	<b>26</b>	<b>663</b>	-	<b>663</b>
Consultoria de Investimento	-	35	-	<b>35</b>	-	<b>35</b>	-	43	-	<b>43</b>	-	<b>43</b>
Consultoria Atuarial <sup>3</sup>	195	-	-	<b>195</b>	-	<b>195</b>	29	-	-	<b>29</b>	-	<b>29</b>
Consultoria Jurídica <sup>4</sup>	271	-	5	<b>276</b>	-	<b>276</b>	16	-	1	<b>17</b>	-	<b>17</b>
Informática <sup>5</sup>	608	97	296	<b>1.001</b>	-	<b>1.001</b>	456	13	19	<b>488</b>	-	<b>488</b>
Auditoria	45	1	3	<b>49</b>	-	<b>49</b>	79	1	6	<b>86</b>	-	<b>86</b>
<b>Despesas Diretas do Assistencial</b>	-	-	-	-	<b>722</b>	<b>722</b>	-	-	-	-	<b>1.059</b>	<b>1.059</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	-	-	-	-	<b>722</b>	<b>722</b>	-	-	-	-	<b>1.059</b>	<b>1.059</b>
Honorários Advocatícios	-	-	-	-	24	<b>24</b>	-	-	-	-	31	<b>31</b>
Honorários de Auditoria	-	-	-	-	27	<b>27</b>	-	-	-	-	192	<b>192</b>
Honorários Consultoria	-	-	-	-	244	<b>244</b>	-	-	-	-	64	<b>64</b>
Honorários de Serviços Técnicos de Informática	-	-	-	-	427	<b>427</b>	-	-	-	-	772	<b>772</b>
<b>Total Geral</b>	<b>5.415</b>	<b>2.278</b>	<b>6.771</b>	<b>14.464</b>	<b>722</b>	<b>15.186</b>	<b>4.376</b>	<b>1.872</b>	<b>5.437</b>	<b>11.685</b>	<b>1.059</b>	<b>12.744</b>

**NOTAS:**

1. As Despesas Administrativas no PGA podem ter natureza comum aos planos ou ser específica de um plano.
2. Ressalta-se que as despesas administrativas com pessoal, encargos e terceiros tiveram aumento, de 2015 para 2016, resultante de rescisões contratuais de pessoal desligado do Agros, reajuste na tabela salarial pelo índice do Acordo Coletivo de Trabalho, que basicamente se deram em três grupos de contas:
3. Consultoria Atuarial – Inclui pagamento a empresa que prestou serviços relacionados Estudo para Reformulação do Plano B;
4. Consultoria Jurídica - Inclui pagamento a empresa que prestou serviços relacionados ao Estudo para Reformulação do Plano B;
5. Informática - Inclui pagamento efetuado empresa que prestou serviços de adaptação do sistema de gestão para a concessão do EMAADI aos participantes do Plano B;
6. No Plano Assistencial, ocorreu uma redução geral nos gastos com serviços de terceiros, tais como: Honorários Advocatícios, Auditoria, Consultorias e Serviços de Informática.

**RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS - EXERCÍCIO 2016 (PERÍODO DE REFERÊNCIA 01/2016 A 12/2016)**

**Planos A - Plano de Benefícios Previdenciários Celetista**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
INPC	5

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	50	13
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	7

**Plano B - Plano de Benefícios Previdenciários Estatutário**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros
INPC	5%

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	49
Renda Variável	50	13
Imóveis	8	8
Empréstimos e Financiamentos	15	13
Investimentos Estruturados	20	10
Investimentos no Exterior	10	7

**Plano C – Plano de Benefícios Previdenciários Agros CD-01**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
Selic	-

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

**Planos de Benefícios Assistenciais (Planos de Saúde)**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
Selic	-

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

**Plano de Gestão Administrativa (PGA)**

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência	
Indexador	Taxa de juros (%)
Selic	-

Alocação de Recursos		
Segmento	Máximo (%)	Alvo (%)
Renda Fixa	100	100

Os quadros desta seção demonstram as metas atuariais por plano, os limites de alocação por segmento e os alvos a serem atingidos, todos estabelecidos na Política de Investimentos do Instituto para o ano de 2016. Encontram-se, a seguir, os demonstrativos das realizações do ano.

**DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM 2016**
**Total das Alocações dos Recursos da Entidade (Valores em R\$)**

Segmentos de Aplicação	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial	Total Geral		
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Renda Fixa	82.065.321,24	54,08	379.432.767,83	62,42	14.507.674,76	100	46.071.853,43	100	40.874.848,39	100	562.952.465,65	65,38
Renda Variável	10.704.500,67	7,05	28.371.371,71	4,67	-	-	-	-	-	-	39.075.872,38	4,54
Imóveis	20.380.836,38	13,43	67.203.331,31	11,06	-	-	-	-	-	-	87.584.167,69	10,17
Investimentos no Exterior	8.076.993,66	5,32	22.058.506,97	3,63	-	-	-	-	-	-	30.135.554,63	3,50
Operações com Participantes	17.453.926,67	11,50	73.822.147,00	12,14	-	-	-	-	-	-	91.276.073,67	10,60
Outros Realizáveis	82.169,22	0,05	267.177,95	0,04	-	-	-	-	-	-	349.347,17	0,04
Estruturados	12.972.714,99	8,55	36.708.165,88	6,04	-	-	-	-	-	-	49.680.880,87	5,77
<b>Total</b>	<b>151.736.462,73</b>	<b>100</b>	<b>607.863.522,65</b>	<b>100</b>	<b>14.507.674,76</b>	<b>100</b>	<b>46.071.853,43</b>	<b>100</b>	<b>40.874.848,39</b>	<b>100%</b>	<b>861.054.362,06</b>	<b>100</b>

**Posição dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (Valores em R\$)**

Segmentos de Ativos	Plano A		Plano B		Plano Agros CD-01		PGA		Assistencial	
	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)	Valor	Participação (%)
Títulos Públicos	42.878.410,61	28,95	206.374.790,28	34,78	-	-	26.037.259,25	56,44	147.025,20	0,36
Ações Carteira à Vista	192.180,92	0,13	458.888,56	0,08	-	-	-	-	-	-
Rendimentos e Vendas a Receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	10.512.319,75	7,10	27.912.483,15	4,70	-	-	-	-	-	-
Títulos Créditos	10.013.452,11	6,76	48.815.922,85	8,23	-	-	4.013.329,62	8,70	-	-
Títulos de Empresas	7.763.039,99	5,24	38.270.657,29	6,45	-	-	1.932.402,45	4,19	-	-
Multimercados	3.593.592,87	2,43	10.227.918,17	1,72	-	-	-	-	-	-
Operações com Participantes	17.453.926,57	11,78	73.822.147,00	12,44	-	-	-	-	-	-
Fundos em Participações	9.379.122,12	6,33	26.480.247,71	4,46	-	-	-	-	-	-
Investimentos Imobiliários	20.380.836,38	13,76	67.203.331,31	11,32	-	-	-	-	-	-
Fundos de Recebíveis Imobiliários	986.919,74	0,67	2.772.022,97	0,47	-	-	-	-	-	-
SWAP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Rede	6.661.041,05	4,50	50.331.475,27	8,48	-	-	13.903.901,29	30,14	33.273.851,62	81,32
Fundos de Investimentos no Exterior	8.076.993,66	5,45	22.058.560,97	3,72	-	-	-	-	-	-
Receitas/Despesas	-11.393,18	-0,08	-57.497,38	-0,01	-	-	-7.829,49	-0,02	-6.296,93	-0,02
Outros Realizáveis	82.169,22	0,06	267.177,95	0,05	-	-	-	-	-	-
Disponível	26.869,72	0,02	50.094,36	0,01	-	-	69.156,48	0,15	42.440,94	0,10
Despesas de Investimentos	-210.038,36	-0,14	-779.731,95	0,13	-	-	-	-	-	-
Contingência de Investimentos	-3.417.306,38	-2,31	-13.660.117,38	-2,30	-	-	-	-	-	-
Títulos de empresas própria	253.177,05	0,17	761.572,95	0,13	-	-	-	-	-	-
Fundos Aberto próprio	236.183,11	0,16	1.135.765,20	0,19	14.507.674,76	100	184.960,80	0,40	7.453.971,58	18,22
Fundos Exclusivos (COE)	13.273.097,58	8,96	30.970.561,02	5,22	-	-	-	-	-	-
Tesouraria	2.002,14	-	11.819,75	-	-	-	2.432,68	0,01	4.007,13	0,01
<b>Total</b>	<b>148.126.596,67</b>	<b>100,00</b>	<b>593.428.090,05</b>	<b>100,00</b>	<b>14.507.674,76</b>	<b>100,00</b>	<b>46.135.613,08</b>	<b>100,00</b>	<b>40.914.999,54</b>	<b>100,00</b>

**Custos da Gestão dos Recursos de Investimentos por Plano (Valores em R\$)**

Gestão Interna	Plano A	Plano B	Plano CD-01	Assistencial
Pessoal/Encargos	511.737,45	1.621.246,55	7.973,55	8.032,03
Treinamentos / Congressos e Seminários	1.272,85	3.975,52	13,95	-
Viagens e Estádias	7.761,55	2.4420,19	82,66	2,62
Consultoria de Investimento	8.202,72	26.289,82	142,83	158,76
Consultoria Jurídica	7,68	23,07	0,01	-
Auditorias	4.158,98	14.588,85	172,34	3,35
Informática	23.711,80	73.601,00	391,14	401,95
Consultoria e Assessoria Organizacional	136,99	437,35	2,24	2,63
Outros Serviços de Terceiros	26.013,26	104.806,48	1.034,06	267,87
Corretagens	-	-	-	-
Despesas Gerais	6.473,79	12.123,60	21,34	37,30
Tributos	77.277,89	231.544,65	277,58	-
<b>Total</b>	<b>666.754,97</b>	<b>2.113.057,08</b>	<b>10.111,71</b>	<b>8.906,51</b>

**Taxas Inclusas nos rendimentos dos Investimentos (Valores em R\$)**

Descrição	Plano A	Plano B	PGA	Plano CD-01	Assistencial
<b>Gestão Externa</b>	236.057,17	122.503,05	666.652,86	-	108.597,23
Taxa de Administração	147.342,03	76.421,96	416.383,91	-	67.831,36
Taxa de Gestão	-	-	-	-	-
Taxa Anbid	2.995,00	1.468,78	8.100,09	-	1.373,12
Taxa Selic	2.366,82	1.482,75	7.590,79	-	1.140,02
Taxa Cetip	26.477,17	12.184,18	70.334,9	-	12.753,44
Taxa CVM	27.598,84	14.358,53	74.451,31	-	10.891,82
Custódia	22.678,12	12.785,42	69.021,08	-	11.020,79
Custodiante Itaú	-	-	-	-	-
CBLC	78,6	12,18	58,2	-	8,22
Auditorias	6.252,51	3.156,15	17.449,17	-	3.003,62
Taxas de Cartório	-	121,3	828,65	-	178,78
Outras e BMF	268,08	511,80	2434,76	-	396,06

**Metas de Rentabilidade por Segmento (%)**

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	12,67	12,67	14,03	14,03	14,03
Renda Variável	36,82	36,82	-	-	-
Investimentos Estruturados	14,79	14,79	-	-	-
Investimentos no Exterior	5,32	5,32	-	-	-
Imóveis	11,91	11,91	-	-	-
Operações com Participantes	12,97	12,97	-	-	-
Meta Atuarial	11,91	11,91	-	-	-

**Rentabilidade por Segmento (%)**

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	16,95	16,92	14,31	16,55	13,90
Renda Variável	23,15	25,39	-	-	-
Investimentos Estruturados	36,41	38,36	-	-	-
Investimentos no Exterior	-15,45	-15,58	-	-	-
Imóveis	5,62	5,66	-	-	-
Operações com Participantes	19,93	19,59	-	-	-
Meta	11,91	11,91	14,03	14,03	14,03

**Rentabilidade por Ativo (%)**

Segmento	Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Assistencial
Renda Fixa	16,95	16,92	14,31	16,55	13,90
Fundos de Investimentos	16,86	16,85	14,31	16,55	13,90
Renda Variável	23,15	25,39	-	-	-
Fundo de Ações	25,55	26,93	-	-	-
Carteira à Vista	260,70	258,79	-	-	-
Investimentos Estruturados	36,41	38,36	-	-	-
Investimentos no Exterior	-15,45	-15,58	-	-	-
Imóveis	5,62	5,66	-	-	-
Operações com Participantes	19,93	19,59	-	-	-
Recursos Garantidores	15,36	18,32	14,31	16,55	13,90
Taxa Selic	14,03	14,03	14,03	14,03	14,03
Meta	11,91	11,91	14,03	14,03	14,03

**Evolução do Patrimônio Social (%)**

Plano A	Plano B	Plano Agros CD-01	PGA	Plano Assistencial
5,73	13,23	59,72	7,92	5,12

**Índices (%)**

IGPM	IPCA	INPC	Selic	Atuarial	Ibovespa	IBx50	MSCI
7,17	6,29	6,58	13,75	11,91	38,93	36,82	5,32

**Valor em Risco (Var) por plano%**

Plano A	Plano B	Plano CD	Plano PGA	Plano Assistencial
3,02	2,16	0,21	0,90	0,23

Ressalta-se que as alocações dos ativos do Agros no ano de 2016, entre os diversos segmentos, respeitaram os limites de aplicação previstos nas Resoluções 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, e 3.846, de 25 de março de 2010, e encontram-se de acordo com as metas definidas na Política de Investimentos do Agros aprovada em 08 de dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 315/20215.

## DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2016 foi marcado por fatos inusitados que causaram a incerteza no mercado, como o Brexit (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos. O cenário nacional também foi conturbado, com o impedimento da presidente Dilma e o início de um novo governo, com mudanças drásticas na orientação da política econômica, porém pressionado por baixo apoio popular em meio às incertezas decorrentes da operação Lava Jato e à economia mergulhada em profunda recessão. Junto com a crise política, a crise econômica influenciou na queda da arrecadação, no aumento da previsão de déficit, na crise nas contas dos estados, no aumento dos juros para financiamento, na queda na confiança dos investidores, entre outros. O Brasil registrou contração na economia; apenas nos nove primeiros meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) acumulou queda de 4% em relação ao mesmo período de 2015. Com relação ao dólar, depois de um início de ano tenso, o dólar reverteu à tendência e passou a cair nos meses seguintes. Em janeiro, a cotação da moeda norte-americana fechou em R\$ 4,16, no maior nível desde a criação do real, em meio ao agravamento da **crise política** e à queda nos preços internacionais do **petróleo**.

A troca de governo no Brasil e a recuperação das **commodities** (bens primários com cotação internacional) acalmaram o mercado. O Agros tentou contornar esse cenário tomando decisões dentro do que estabelece a legislação vigente e acompanhando o disposto em sua Política de Investimentos. O desempenho financeiro apresentou resultados positivos e negativos nas rentabilidades por segmento.

No ano de 2016 a meta atuarial foi de 11,91% para os Planos A e B, para os Plano CD, PGA e Assistencial, a meta é a SELIC que foi de 14,03%. As rentabilidades dos segmentos que atingiram tais metas foram: Renda fixa, com rentabilidade de 16,95% no Plano A, 16,92% no Plano B, 14,31% no Plano CD, 16,55% no Plano PGA. O Plano Assistencial obteve um resultado de 13,90%, não atingindo a meta estabelecida; outros segmentos que tiveram melhor desempenho foi o de renda variável, que registrou uma rentabilidade de 23,15% para o Plano A e 25,38% para o Plano B. O segmento de Operações com Participantes, cuja rentabilidade foi de 19,92% no Plano A e de 19,59% no Plano B e o de Investimentos Estruturados, com 36,41% de rentabilidade no Plano A e de 38,36% no Plano B. Os segmentos que não alcançaram a meta atuarial foram: o de Investimento no Exterior, com rentabilidade de -15,45% no Plano A e de -15,57% no Plano B, além do segmento de Imóveis, que obteve uma rentabilidade para o Plano A de 5,62% e de 5,66% para o Plano B. Vale lembrar que o segmento de Investimento no Exterior apresentou resultados negativos impulsionados pela variação cambial negativa. Já o segmento de Imóveis apresentou resultados abaixo da meta devido à queda do setor imobiliário, o que consequentemente impactou a reavaliação dos imóveis, realizada no fim do ano.

Em suma, o Agros obteve retornos acima das metas atuariais dispostas, sendo que o Plano A apresentou uma rentabilidade de 15,36%, o Plano B 18,32%. Os demais planos atingiram a meta, exceto o Assistencial conforme supracitado.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS\***

**Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidado**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Ativo	Exercício 2016	Exercício 2015	Passivo	Exercício 2016	Exercício 2015
<b><u>Disponível</u></b>	<b>146</b>	<b>216</b>	<b><u>Exigível Operacional</u></b>	<b><u>2.973</u></b>	<b><u>2.547</u></b>
			Gestão Previdencial	59	106
<b><u>Realizável</u></b>	<b><u>830.493</u></b>	<b><u>739.853</u></b>	Gestão Administrativa	2.513	2.117
Gestão Previdencial	88	77	Investimentos	401	324
Gestão Administrativa	10.286	9.447			
Investimentos	<b><u>820.119</u></b>	<b><u>730.329</u></b>	<b><u>Exigível Contingencial</u></b>	<b><u>26.191</u></b>	<b><u>23.728</u></b>
Créditos Privados e Depósitos	1.015	7	Gestão Administrativa	9.114	8.393
Ações	651	43.364	Investimentos	17.077	15.335
Fundos de Investimentos	639.244	525.720			
Investimentos Imobiliários	87.584	85.872	<b><u>Patrimônio Social</u></b>	<b><u>803.767</u></b>	<b><u>716.150</u></b>
Empréstimos e Financiamentos	91.276	75.053	<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b><u>725.109</u></b>	<b><u>641.398</u></b>
Outros Realizáveis	349	313	<b>Provisões Matemáticas</b>	<b><u>515.421</u></b>	<b><u>510.318</u></b>
			Benefícios Concedidos	246.373	235.065
<b><u>Permanente</u></b>	<b><u>2.292</u></b>	<b><u>2.356</u></b>	Benefícios a Conceder	269.048	275.253
Imobilizado	2.252	2.321	<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b><u>209.688</u></b>	<b><u>131.080</u></b>
Intangível	40	35	<b>Resultados Realizados</b>	<b><u>209.688</u></b>	<b><u>131.080</u></b>
			Superávit Técnico Acumulado	209.688	131.080
<b><u>Gestão Assistencial</u></b>	<b><u>49.828</u></b>	<b><u>45.954</u></b>	<b>Fundos</b>	<b><u>78.658</u></b>	<b><u>74.752</u></b>
			Fundos Previdenciais	26.501	26.501
			Fundos Administrativos	47.676	44.178
			Fundos dos Investimentos	4.481	4.073
			<b><u>Gestão Assistencial</u></b>	<b><u>49.828</u></b>	<b><u>45.954</u></b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>882.759</b>	<b>788.379</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>882.759</b>	<b>788.379</b>

\*As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Demonstração do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>164.171</b>	<b>155.148</b>	<b>5,82%</b>
Disponível	27	50	-46,26%
Recebíveis	12.417	11.502	7,95%
Investimentos	151.727	143.596	5,66%
Créditos Privados e Depósitos	253	2	12558,85%
Ações	192	10.473	-98,16%
Fundos de Investimentos	113.365	95.668	18,50%
Investimentos Imobiliários	20.381	19.982	2,00%
Empréstimos	17.454	17.397	0,33%
Outros Realizáveis	82	74	11,04%
<b>2. Obrigações</b>	<b>3.682</b>	<b>3.362</b>	<b>9,53%</b>
Operacional	265	294	-9,82%
Contingencial	3.417	3.068	11,39%
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>12.473</b>	<b>11.641</b>	<b>7,15%</b>
Fundos Administrativos	12.396	11.487	7,91%
Fundos de Investimentos	77	154	-50%
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>148.016</b>	<b>140.146</b>	<b>5,62%</b>
Provisões Matemáticas	127.000	132.404	-4,08%
Superávit / Déficit Técnico	21.016	7.742	171,46%
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>22.712</b>	<b>9.761</b>	<b>132,68%</b>
a) Equilíbrio Técnico	21.016	7.741	171,50%
b) (+/-) Ajustes de Precificação	1.696	2.020	-16,06%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado =(a+b)	22.712	9.761	132,68%

**Demonstração do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>643.214</b>	<b>568.230</b>	<b>13,20%</b>
Disponível	50	34	47,34%
Recebíveis	35.346	32.753	7,92%
Investimentos	607.818	535.443	13,52%
Créditos Privados e Depósitos	762	5	15131,46%
Ações	459	32.890	-98,60%
Fundos de Investimentos	465.305	378.763	22,85%
Investimentos Imobiliários	67.203	65.890	1,99%
Empréstimos	73.822	57.656	28,04%
Outros Realizáveis	267	239	11,79%
<b>2. Obrigações</b>	<b>14.441</b>	<b>12.947</b>	<b>11,54%</b>
Operacional	781	681	14,69%
Contingencial	13.660	12.266	11,37%
<b>3. Fundos Não Previdenciais</b>	<b>39.684</b>	<b>36.611</b>	<b>8,39%</b>
Fundos Administrativos	35.280	32.692	7,92%
Fundos de Investimentos	4.404	3.919	12,39%
<b>4 Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>589.089</b>	<b>518.672</b>	<b>13,58%</b>
Provisões Matemáticas	373.916	368.832	1,38%
Superávit / Déficit Técnico	188.672	123.339	52,97%
Fundos Previdenciais	26.501	26.501	0,00%
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>196.751</b>	<b>131.759</b>	<b>49,33%</b>
a) Equilíbrio Técnico	188.672	123.339	52,97%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.079	8.420	-4,05%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	196.751	131.759	49,33%

**Demonstração do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>14.508</b>	<b>9.082</b>	<b>59,74%</b>
Recebíveis	-	-	-
Investimentos	14.508	9.082	59,74%
Fundos de Investimentos	14.508	9.082	59,74%
<b>2. Obrigações</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
Operacional	3	0	0,00%
<b>3. Ativo Líquido (1-2)</b>	<b>14.505</b>	<b>9.082</b>	<b>59,71%</b>
Provisões Matemáticas	14.505	9.082	59,71%

**Demonstração da Mutaç o do Ativo Líquido Plano A (Celetista)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição		Exercício 2016	Exercício 2015	Variac�o (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>140.146</b>	<b>140.057</b>	<b>0,06%</b>
	<b>1. Adic�es</b>	<b>20.260</b>	<b>13.137</b>	<b>54,22%</b>
(+)	Contribuiç�es Previdenciárias	238	189	25,85%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	20.022	12.948	54,63%
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>12.390</b>	<b>13.048</b>	<b>-5,04%</b>
(-)	Benefícios Previdenciários	11.728	6.546	79,17%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	629	6.473	-90,28%
(-)	Custeio Administrativo	33	29	12,99%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>7.870</b>	<b>89</b>	<b>8743,15%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	-5.404	16.264	-133,22%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	13.274	-16.175	-182,06%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>148.016</b>	<b>140.146</b>	<b>5,62%</b>
	<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>12.473</b>	<b>11.641</b>	<b>7,15%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	12.396	11.487	7,91%
(+/-)	Fundos de Investimentos	77	154	-50,22%

**Demonstrac o da Mutaç o do Ativo Líquido Plano B (Estatutário)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição		Exercício 2016	Exercício 2015	Variac�o (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>492.171</b>	<b>470.023</b>	<b>4,71%</b>
	<b>1. Adic�es</b>	<b>79.992</b>	<b>44.801</b>	<b>78,55%</b>
(+)	Contribuiç�es Previdenciárias	698	676	3,26%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	79.294	44.125	79,70%
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>9.575</b>	<b>22.653</b>	<b>-57,73%</b>
(-)	Benefícios Previdenciários	9.272	7.868	17,85%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	208	14.685	-98,58%
(-)	Custeio Administrativo	95	100	-4,91%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>70.417</b>	<b>22.148</b>	<b>217,94%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.084	41.076	-87,62%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	65.333	-18.928	-445,17%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>562.588</b>	<b>492.171</b>	<b>14,31%</b>
	<b>C) Fundos Não Previdenciais</b>	<b>39.684</b>	<b>36.611</b>	<b>8,39%</b>
(+/-)	Fundos Administrativos	35.280	32.692	7,92%
(+/-)	Fundos de Investimentos	4.404	3.919	12,39%

**Demonstração da Mutaç o do Ativo Líquido Plano C (Agros CD-01)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição		Exercício 2016	Exercício 2015	Variac�o (%)
	<b>A) Ativo Líquido - Início do Exercício</b>	<b>9.082</b>	<b>6.323</b>	<b>43,63%</b>
	<b>1. Adic�es</b>	<b>5.774</b>	<b>3.020</b>	<b>91,19%</b>
(+)	Contribuiç�es Previdenciárias	4.247	2.078	104,37%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.527	942	62,12%
	<b>2. Destinaç�es</b>	<b>351</b>	<b>262</b>	<b>33,81%</b>
(-)	Benefícios	308	241	27,84%
(-)	Custeio Administrativo	43	21	107,02%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>5.423</b>	<b>2.758</b>	<b>96,64%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	5.423	2.758	96,64%
	<b>B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>14.505</b>	<b>9.082</b>	<b>59,72%</b>

**Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição		Exercício 2016	Exercício 2015	Variacão (%)
	<b>A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício</b>	<b>747.789</b>	<b>718.484</b>	<b>4,08%</b>
	<b>1. Adic�es</b>	<b>179.963</b>	<b>127.907</b>	<b>40,70%</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	5.013	2.793	79,50%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	100.843	58.014	73,82%
(+)	Receitas Administrativas	14.415	12.758	12,98%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	6.395	5.161	23,91%
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	408	790	-48,35%
(+)	Receitas Assistenciais	52.889	48.391	9,30%
	<b>2. Destinações</b>	<b>90.726</b>	<b>98.602</b>	<b>-7,99%</b>
(-)	Benefícios	21.308	14.655	45,40%
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	837	21.158	-96,04%
(-)	Despesas Administrativas	17.312	14.489	19,48%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	0	65	-100,00%
(-)	Despesas Assistenciais	51.269	48.235	6,29%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>	<b>89.237</b>	<b>29.305</b>	<b>204,51%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	5.103	60.098	-91,51%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	78.608	-35.104	-323,93%
(+/-)	Fundos Administrativos	3.498	3.365	3,96%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	408	790	-48,35%
(+/-)	Gestão Assistencial	1.620	156	938,46%
	<b>B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3+4)</b>	<b>837.026</b>	<b>747.789</b>	<b>11,93%</b>

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios A (Celetista)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>151.775</b>	<b>143.660</b>	<b>5,65%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>127.000</b>	<b>132.404</b>	<b>-4,08%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>77.693</b>	<b>78.564</b>	<b>-1,11%</b>
Benefício Definido	77.693	78.564	-1,11%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>49.307</b>	<b>53.840</b>	<b>-8,42%</b>
Benefício Definido	49.307	53.840	-8,42%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>21.016</b>	<b>7.741</b>	<b>171,50%</b>
<b>2.1. Resultado Realizado</b>	<b>21.016</b>	<b>7.741</b>	<b>171,50%</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>21.016</b>	<b>7.741</b>	<b>171,50%</b>
Reserva de Contingência	21.016	7.741	171,50%
<b>3. Fundos</b>	<b>77</b>	<b>154</b>	<b>-50,22%</b>
3.1. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	77	154	-50,22%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>265</b>	<b>293</b>	<b>-9,51%</b>
4.1. Gestão Previdencial	55	106	-48,03%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	210	187	12,32%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>3.417</b>	<b>3.068</b>	<b>11,39%</b>
5.1. Investimentos - Gestão Previdencial	3.417	3.068	11,39%

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios B (Estatutário)**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>607.934</b>	<b>535.538</b>	<b>13,52%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>373.916</b>	<b>368.832</b>	<b>1,38%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>168.680</b>	<b>156.501</b>	<b>7,78%</b>
Benefício Definido	168.680	156.501	7,78%
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>205.236</b>	<b>212.331</b>	<b>-3,34%</b>
Benefício Definido	205.236	212.331	-3,34%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>188.672</b>	<b>123.339</b>	<b>52,97%</b>
<b>2.1. Resultado Realizado</b>	<b>188.672</b>	<b>123.339</b>	<b>52,97%</b>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>188.672</b>	<b>123.339</b>	<b>52,97%</b>
Reserva de Contingência	90.301	92.208	-2,07%
Reserva para Revisão do Plano	98.371	31.131	215,99%
<b>3. Fundos</b>	<b>30.905</b>	<b>30.420</b>	<b>1,60%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	26.501	26.501	0,00%
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	4.404	3.919	12,39%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>781</b>	<b>681</b>	<b>14,69%</b>
4.1. Gestão Previdencial	1	9	-85,55%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	780	672	16,03%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>13.660</b>	<b>12.266</b>	<b>11,37%</b>
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13.660	12.266	11,37%

**Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios C (Agros CD-01)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2)</b>	<b>14.508</b>	<b>9.082</b>	<b>59,74%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>14.505</b>	<b>9.081</b>	<b>59,73%</b>
<b>1.1. Benefício a Conceder</b>	<b>14.505</b>	<b>9.081</b>	<b>59,73%</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>14.505</b>	<b>9.081</b>	<b>59,73%</b>
Saldo de contas - parcela participantes	14.505	9.081	59,73%
<b>2. Exigível Operacional</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>161,86%</b>
2.1. Gestão Previdencial	3	1	161,86%

**Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em mil – R\$)**

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>44.178</b>	<b>40.813</b>	<b>8,24%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>20.810</b>	<b>17.919</b>	<b>16,13%</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>20.810</b>	<b>17.919</b>	<b>16,13%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	170	150	13,55%
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.190	5.651	9,54%
Taxa de Administração de Empréstimos	707	739	-4,35%
Receitas Diretas	0	24	-100,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	6.395	5.161	23,91%
Reembolso da Gestão Assistencial	7.347	6.081	20,82%
Outras Receitas	1	113	-99,12%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>17.312</b>	<b>14.554</b>	<b>18,95%</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>7.175</b>	<b>6.426</b>	<b>11,66%</b>
Pessoal e Encargos	3.884	3.520	10,33%
Treinamentos/Congressos e Seminários	88	34	158,59%
Viagens e Estadias	139	123	12,79%
Serviços de Terceiros	2.156	1.476	46,10%
Despesas Gerais	311	274	13,44%
Depreciações e Amortizações	152	177	-14,08%
Tributos	445	763	-41,62%
Contingências	0	59	-100,00%
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>2.790</b>	<b>2.047</b>	<b>36,29%</b>
Pessoal e Encargos	2.141	1.812	18,15%
Treinamentos/Congressos e Seminários	5	6	-12,29%
Viagens e Estadias	32	17	89,79%
Serviços de Terceiros	284	192	47,84%
Despesas Gerais	19	19	2,58%
Tributos	309	0	100,00%
Contingências	0	1	-100,00%
<b>2.3 Administração Assistencial</b>	<b>7.347</b>	<b>6.081</b>	<b>20,82%</b>
<b>3. Resultado Negativo dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>3.498</b>	<b>3.365</b>	<b>3,95%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>3.498</b>	<b>3.365</b>	<b>3,95%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>47.676</b>	<b>44.178</b>	<b>7,92%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e Operadora de Planos de Saúde (OPS) na modalidade autogestão. Tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Possui dois planos previdenciários na modalidade de Benefício Definido (BD), os Planos A e B, um de Contribuição Definida (CD), o Agros CD-01, e oito planos assistenciais.

Os Patrocinadores dos Planos Previdenciários da modalidade BD e dos Planos de Saúde são:

- Universidade Federal de Viçosa (UFV);
- Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

O Plano Previdenciário na modalidade CD, denominado Agros CD-01, tem como Instituidores:

- Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Federal de Viçosa (UFVCredi);
- Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec);
- Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon-MG).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Agros não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado.

A escrituração dos recursos aplicados pelo Instituto, bem como dos resultados alocados, como adições, deduções, rendas, variações positivas e negativas, receitas e despesas, foram registradas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

### 2. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA

O Agros administra e disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos previdenciários, que são devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB/Previc):

#### • Plano Previdenciário A (Celetista) - Benefício Definido

É o plano original do Agros, registrado no CNPB sob o nº 19.800.008-83. Esse plano de benefícios abrange:

- a. Os funcionários aposentados e os pensionistas da UFV, que não foram alcançados pela Lei 8.112/90, portanto, sujeitos às regras e determinações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- b. Os funcionários ativos, aposentados e pensionistas do Agros;
- c. Os ex-funcionários do Agros, que optarem pela modalidade Autopatrocínio ou Benefício Proporcional Diferido (BPD); e
- d. Os participantes ativos, aposentados e pensionistas das ex-patrocinadoras Centreinar e Funarbe.

O custeio do Plano A para 2016 foi definido da seguinte forma: para participantes ativos e autopatrocinados, contribuição de 0,2% do salário de participação, cujos participantes tenham adesão anterior a 01/01/2006, e para adesões após esta data, contribuição de 2,5% sobre o salário de participação acrescido de 8% sobre o excesso do salário de participação em relação ao teto da previdência social, conforme Resolução nº 319/2016 do Conselho Deliberativo (CDE). Os participantes assistidos contribuem com percentual de 0,2% sobre os seus benefícios. Para os participantes em BPD, o custeio é calculado individualmente pelo atuário.

• **Plano Previdenciário B (Estatutário) - Benefício Definido**

Esse plano de benefícios é registrado no CNPB sob o nº 19.920.001-74, e abrange:

- Os servidores da UFV, ativos, aposentados e assistidos, regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU), até 20 de abril de 2007; e
- Os servidores que perderem o vínculo com a UFV, que optarem pela modalidade Autopatrocínio ou BPD (Benefício Proporcional Diferido);

Em julho de 2010, atendendo aos normativos sobre destinação voluntária do superávit, o Conselho Deliberativo aprovou a Resolução CDE nº 238/2010, determinando a redução do percentual de contribuição dos participantes ativos e autopatrocinados do Plano B para 0,2%, implantada a partir de agosto de 2010, exceto para aqueles que aderiram ao plano entre janeiro de 2007 a abril de 2008, para os quais foram mantidos os percentuais devidos, conforme previsto no regulamento. O custeio para o ano de 2016 foi ratificado pela Resolução CDE nº 320/2016 do Conselho Deliberativo. Já para os participantes em BPD, o custeio é calculado individualmente pelo atuário.

• **Plano Previdenciário C (Agros CD-01) - Contribuição Definida**

Também chamado de Plano Instituidor, o Plano Previdenciário Agros CD-01, aprovado pela Portaria SPC nº 2.174, de 2 de abril de 2008, tem seu registro no CNPB sob o nº 20.080.010-83. Por sua característica de instituidor, os participantes deste plano são vinculados por meio dos convênios com os instituidores: UFVCredi, Sindisec e Fecon-MG.

Com o objetivo de expandir o Plano Agros CD-01, foi encaminhada à Previc, em outubro de 2016, uma proposta de Adesão do Instituidor: “Associação de Ex-Alunos da Universidade Federal de Viçosa (AEA/UFV)”, que até a presente data está em fase de análise.

O Instituto adota o regime financeiro de capitalização para cálculo das provisões matemáticas dos Planos A, B e Agros CD-01.

As metas atuariais para a rentabilidade dos Investimentos no ano de 2016, dos planos previdenciários de benefício definido, A e B, correspondem à variação do INPC, acrescida de 5% a.a.

**2.1. Quadro resumo dos Planos de Benefícios Previdenciários em 31/12/2016**

Planos	CNPB	Modalidade	Participantes					Total 2016	Idade Média	Total 2015
			Ativos	Autopatrocinados	BPD	Assistidos	Pensionistas			
Plano A	CNPB nº 1980.0008-83	BD	76	5	1	71	157	310	58	313
Plano B	CNPB nº 1992.0001-74	BD	3.640	78	1	346	172	4.237	62	4.298
Plano C -Agros CD-01	CNPB nº 2008.0010-83	CD	1.455	211	0	0	0	1.666	38	1.580

**3. APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

- Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras, e normas gerais de procedimentos contábeis;
- Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas;
- Instrução Previc nº 21, de 23 de março de 2015 – alterou a instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabeleceu normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de

previdência complementar, quanto a forma, o meio e a periodicidade de envio das Demonstrações contábeis;

IV – Instrução Previc nº 25, de 17 de dezembro de 2015 – alterou instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, sendo que esta Instrução passou a vigorar acrescida do Anexo C Modelos e Instruções de Preenchimento das Demonstrações Contábeis; e

V – Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 e estabeleceu critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, como principal característica, a contabilização das operações por plano de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios de natureza previdencial e assistencial administrados pela EFPC, bem como o plano de gestão administrativa e o Fluxo dos Investimentos, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Em conformidade com o item 17 das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 8/2011, são apresentadas os seguintes demonstrativos contábeis:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS – Consolidada;
- c) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA – Consolidada;
- d) Demonstração do Ativo Líquido – DAL – por plano de benefício previdencial;
- e) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL – por plano de benefício previdencial;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT – por plano de benefício previdencial; e
- g) Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo apresentadas em milhares de reais e em conjunto com as correspondentes de 2015, de forma a permitir a comparabilidade.

A contabilização e os demonstrativos contábeis da Gestão Assistencial seguem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### **3.2. Principais Práticas Contábeis**

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elabora o das demonstra es contábeis podem ser resumidos como seguem:

#### **3.2.1. Apura o do resultado**

As Adi es e Dedu es da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas / Varia es Positivas e Dedu es / Varia es Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime de competência de exercícios, exceto as opera es do plano estruturado na modalidade de contribui o definida, que são reconhecidas no momento do efetivo recebimento.

#### **3.2.2. Estimativas contábeis**

A elabora o de Demonstra es contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, requer que a Administra o use de julgamento na determina o e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negocia o, provisões para perdas de ativos, contingências e as reservas matemáticas, dentre outros. A liquida o das transa es envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determina o. A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente.

### 3.2.3. Moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Contábeis

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis que estão em forma comparativa, com as duas colunas (exercício atual e anterior), possibilitando a verificação da evolução ou involução patrimonial.

### 3.2.4. Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em conformidade com o disposto nos itens 9 a 11, Anexo A, da Instrução SPC nº 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrente de contribuições previdenciais em atraso incidi somente sobre o valor das parcelas vencidas.

### 3.2.5. Disponível

As disponibilidades representam os recursos financeiros em bancos conta movimento na data do balanço.

### 3.2.6. Ativo Realizável da Gestão Previdencial

As contribuições dos patrocinadores e dos participantes são contabilizadas pelo seu valor nominal.

De acordo com os Regulamentos dos Planos de Benefícios A e B, as contribuições em atraso devem ser atualizadas monetariamente.

Já o Débito da Patrocinadora UFV, relativo ao Plano A, é atualizado monetariamente até a data de referência das demonstrações contábeis, com base na variação da Taxa Referencial (TR) acrescida de 1% ao mês, sem incidência de multa.

### 3.2.7. Ativo Realizável da Gestão Administrativa

É demonstrada pelos valores a receber do Plano de Gestão Administrativa.

### 3.2.8. Ativo Realizável dos Investimentos

Os investimentos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo são contabilizados no ativo realizável, sendo segregados por plano de benefícios e alocados em segmentos de mercado, de acordo com os normativos legais e as definições da Política de Investimentos do Agros.

**a) Renda Fixa e Renda Variável:** O Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), por meio da Resolução nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e disposições complementares, estabeleceu novos critérios para registro e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, a partir de 1º de janeiro de 2002. A classificação e o critério de avaliação dos títulos divide-se em duas categorias distintas, como segue:

- Títulos para negociação: Referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento: Referem-se a títulos e valores mobiliários avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do exercício, exceto ações não

resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira do Instituto para mantê-los em carteira até o vencimento.

- b) Fundos de Investimento:** São contabilizados pelos valores efetivamente desembolsados nas aquisições de cotas, incluindo, quando for o caso, as taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor atualizado de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgados pelos seus administradores. As variações resultantes no valor da cota são apropriadas como receitas ou despesas de investimentos na DMPS e DMAL.
- c) Investimentos Imobiliários:** São demonstrados ao custo de aquisição ajustado por reavaliações feitas por peritos independentes, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, Resolução CGPC nº 08, de 31/10/2011 e a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24/09/2009, que preveem avaliação deste investimento pelo menos a cada três anos. De acordo com a Política de Investimentos do Agros para o Exercício de 2016, aprovada pela Resolução do CDE nº 315/2015, a reavaliação dos imóveis do Instituto deve ser feita anualmente. A última avaliação ocorreu em novembro de 2016, tendo seus resultados contabilizados no próprio exercício. Os trabalhos de reavaliação dos imóveis foram realizados pela empresa Raja Engenharia Ltda.

A depreciação é calculada pelo método linear, à taxa correspondente ao tempo de vida útil econômica remanescente, conforme laudo de avaliação, e sua contrapartida é lançada como despesa de investimentos na DMPS e DMAL.

- d) Empréstimos:** Estão avaliados pelo valor contratado, sendo estes corrigidos pelo INPC/IBGE, acrescidos de juros de 0,54% ao mês e taxa de administração de 0,10% ao mês. Nas operações de empréstimos incidem ainda a Taxa de Quitação por Morte (TQM) e a Taxa para formação do Fundo Garantidor de Prestações (FGP), esta de contratação opcional, que variam de acordo com a reavaliação da Assessoria Atuarial. Os prazos de pagamento previstos para os empréstimos variam de 6 a 72 meses.

### 3.2.9. Ativo Permanente

Representa os bens necessários ao funcionamento do Instituto. Tais bens são registrados ao custo de aquisição e depreciados pelo método linear, com base em taxas anuais aplicáveis. O Agros mantém fundo administrativo correspondente ao Permanente, no PGA, contabilizado de forma destacada em seus registros analíticos. As taxas de depreciação são as seguintes:

Natureza Contábil	Taxa Anual de Depreciação / Amortização (%)
Instalações	10
Móveis e Utensílios	10
Máquinas e Equipamentos	10
Veículos	20
Ambulância	33
Biblioteca	10
Sistema de Comunicação	10
Computadores e Periféricos	20
Edificações de Uso Próprio	2
Software	20

### 3.2.10. Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos, até a data do balanço.

### **3.2.11. Exigível Contingencial**

Está demonstrado por provisões constituídas nos casos em que há probabilidade de perda provável das ações judiciais cujo desembolso possa ser mensurável, em atendimento e cumprimento da NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No caso de classificação como perda provável, há o reconhecimento e divulgação. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a divulgação em Nota Explicativa. Quando a estimativa de perda é remota, não há evidenciação nas demonstrações contábeis. A administração do Agros entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

### **3.2.12. Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são apuradas com base em cálculos atuariais, e suportados por parecer dos atuários da Entidade e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários, em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

**Benefícios Concedidos:** registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos atuais aposentados e pensionistas.

**Benefícios a Conceder:** registra o valor atual dos compromissos futuros da Entidade em relação aos participantes ativos, calculados com base no valor atual desses benefícios e das contribuições que os participantes e seus respectivos patrocinadores recolherão à Entidade.

### **3.2.13. Fundos**

#### *Fundos Previdenciais*

São constituídos a partir da avaliação atuarial e possuem destinação específica, que deverá guardar relação com o evento determinado ou com o risco identificado, avaliado, controlado e monitorado, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

#### *Fundo Administrativo*

São constituídos com o resultado positivo da gestão administrativa e tem a finalidade de garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade.

#### *Fundo de Investimento*

São constituídos com valores recebidos nas prestações de empréstimos, na forma do contrato e do regulamento da Carteira. São duas modalidades de fundos: Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante e Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos. Suas destinações são coberturas de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, conforme especificado na Nota explicativa nº 13.3.

### **3.2.14. Custeio Administrativo**

Atendendo à determinação das Resoluções CGPC nº 29/2009 e CNPC nº 8/2011, constituem fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios operados pela EFPC:

- a. Contribuição dos participantes e assistidos;
- b. Contribuição dos patrocinadores;
- c. Resultado dos investimentos;
- d. Receitas administrativas; e
- e. Fundo administrativo.

#### 4. ATIVO DISPONÍVEL

O Agros mantém volume mínimo em conta corrente bancária, com o objetivo de suprir os gastos imediatos das atividades dos planos, dentro de uma orientação de fluxo de caixa.

Ativo Disponível	R\$ mil	
	31/12/2016	31/12/2015
Plano A – CLT	27	50
Plano B – RJU	50	34
Plano C – Agros CD-	-	-
PGA	69	132
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>216</b>

#### 5. ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Ativo Realizável	R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Contribuições Normais do mês a receber de Patrocinadores	9	7
Contribuições Normais do mês a receber de Participantes	62	57
Contribuições Normais do mês a receber de Autopatrocinados	3	2
Contribuições Normais em atraso a receber de Patrocinador	66.072	57.364
Contribuições Normais em atraso a receber de Participantes	11	-
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Participantes	-	9
Contribuições sobre o 13º Salário a receber de Autopatrocinado	3	2
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa - Patrocinadores	(66.072)	(57.364)
(-) Provisão para Perdas s/Créditos de Liquidação Duvidosa - Participantes	(3)	-
Outros Realizáveis	3	-
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>77</b>

Os valores relativos aos débitos da Patrocinadora UFV de R\$ 66.072 mil são oriundos da “dotação inicial” de patrocínio do plano previdenciário que foram contabilizados como Contribuições Normais em atraso a receber de Patrocinador. Para o saldo, existe uma provisão para perdas de igual valor e é realizado o provisionamento contingencial de 100% do valor para esse débito, cujo saldo é superior a 360 dias de atraso.

#### 6. ATIVO REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

É composto pelos valores que serão reconhecidos como despesas nos resultados de meses subsequentes, como também os depósitos judiciais, os adiantamentos de férias e 13º salários dos funcionários, o abono anual dos diretores, os adiantamentos a fornecedores e os recursos a receber dos planos de benefícios referentes aos custeios administrativos. A composição esta assim demonstrada:

Ativo Realizável	R\$ mil	
	PGA	
	31/12/2016	31/12/2015
Contas a Receber	165	5
Despesas Antecipadas	354	352
Depósitos Judiciais / Recursais	9.114	8.393
Outros Realizáveis - Adiantamentos	-	86
Outros Realizáveis - Valores a Recuperar	4	-
Outros Realizáveis - Valores a Receber (do Plano Assistencial)	649	611
<b>Total</b>	<b>10.286</b>	<b>9.447</b>

Os depósitos judiciais estão suportados por provisões reconhecidas conforme descrito na Nota explicativa nº 11.

## 7. ATIVO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos é assim apresentada:

Tipos de Investimentos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Créditos Privados e Depósitos	1.015	7
Ações	651	43.364
Fundos de Investimentos	639.244	525.720
Investimentos Imobiliários	87.584	85.872
Operações com Participantes - Empréstimos	91.276	75.053
Outros Realizáveis	349	313
<b>Total</b>	<b>820.119</b>	<b>730.329</b>

Os quadros a seguir apresentam as composições de investimentos por segmentos.

### 7.1. Créditos privados e depósitos

Créditos Privados e Depósitos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Companhias Abertas – Debêntures não Conversíveis	1.015	7
<b>Total</b>	<b>1.015</b>	<b>7</b>

A variação observada entre os anos de 2015 e 2016 ocorreu devido a transferência do Fundo Challenger para debentures em Carteira Própria, em 7 de janeiro de 2016.

### 7.2. Ações

Ações	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ações – Companhias Abertas	651	43.364
<b>Total</b>	<b>651</b>	<b>43.364</b>

Diante do cenário em que o segmento de Renda Variável apresentou por anos consecutivos rentabilidades negativas, o Agros mediante avaliações da Gerencia de Investimentos, apresentou em reunião realizada em 6 de abril de 2016, proposta de redução da Carteira Própria de Ações, que foi aprovada pelo Comitê de Investimentos. As vendas das ações se concentraram ao longo dos meses de abril e maio, restando somente duas ações, que representavam um valor relativamente baixo e com expectativa de valorização futura. Os recursos oriundos da venda das ações foram aplicados em Fundos de Investimentos.

### 7.3. Fundos de Investimentos

Fundos de Investimentos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Quotas de Fundos – Renda Fixa	517.243	420.146
Quotas de Fundos – Ações	38.425	29.865
Quotas de Fundos – Multimercado	13.822	13.393
Quotas de Fundos – Participações (*)	35.859	24.347
Quotas de Fundos – Imobiliário	3.759	1.855
Quotas de Fundos – Outros - Fundos de Investimentos no Exterior	30.136	36.114
<b>Total</b>	<b>639.244</b>	<b>525.720</b>

(\*) Os recursos em “Quotas de Fundos de Investimentos – Participações” representam a parte do Agros no empreendimento Hospital Lifecenter e correspondem a 33,45% do total. Esta aplicação denomina-se Fundo de Investimentos em Participações (FIP), da Lacan Minas Gerais”, que foi criado para dar continuidade ao empreendimento no Hospital Lifecenter, tendo cada cotista permanecido com a mesma participação que detinha no fundo anterior. A reavaliação foi procedida com base em laudo técnico elaborado por empresa especializada, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 8/2011.

7.3.1. O Instituto classificou seus títulos e valores mobiliários de renda fixa existentes em 31 de dezembro de 2016, conforme descrito abaixo:

R\$ mil

<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>Títulos mantidos até o vencimento (1)</b>	<b>Títulos para negociação (2)</b>
Quotas de Fundos Exclusivos de Investimentos - Renda Fixa	135.575	250.671
Quotas de Fundo não exclusivos dentro dos Exclusivos	-	104.170
Companhias Abertas (Títulos de Empresas)	-	1.015
Fundos Exclusivos com prazo de vencimento (COE)	-	44.244
<b>Total da Carteira Própria e Fundos Exclusivos</b>	<b>135.575</b>	<b>400.100</b>
Quotas de Fundos de Investimentos Financeiros - Rend Fixa - Fundos não Exclusivos	-	23.519
<b>Total das Carteiras administradas por Terceiros</b>	<b>135.575</b>	<b>423.619</b>

(1) Valor de aquisição acrescido dos rendimentos obtidos calculados “pró-rata tempore”.

(2) Valor líquido provável de realização obtido mediante aplicação de modelo ou técnica de precificação.

Os títulos mantidos até o vencimento, são realizáveis nas seguintes datas:

<b>Período</b>	<b>Valor</b>
2017	51.779
2019	42.786
2021	4.025
2022	6.689
2023	4.960
2035	16.330
2040	9.006
<b>Total</b>	<b>135.575</b>

O Instituto tem intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

#### 7.4. Investimentos Imobiliários

R\$ mil

<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Imóveis em Construção	6	51
Imóveis - Uso Próprio	611	612
Imóveis - Locado à Patrocinador	2.576	5.519
Imóveis - Locado a Terceiros	80.012	78.801
<b>Subtotal (1)</b>	<b>83.205</b>	<b>84.983</b>
Aluguéis e Direitos a Receber (e)	4.397	2.391
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa (f)	(18)	(1.502)
<b>Subtotal (2)</b>	<b>4.379</b>	<b>889</b>
<b>Total</b>	<b>87.584</b>	<b>85.872</b>

As variações observadas nos itens (e) Aluguéis a Receber e (f) Provisão para Perda sobre Crédito de Liquidação Duvidosa, se deram principalmente pela Repactuação de Dívida do Hospital Lifecenter, relativo aos alugueis pendentes de liquidação, via Novo Termo de Acordo e Confissão de Dívida, assinado em 30 de dezembro de 2016, cujo prazo de quitação termina em novembro de 2022. O saldo residual do valor repactuado, em 31 de dezembro de 2016, monta a importância de R\$ 4.034 mil.

### 7.4.1. Composição da Reavaliação Imobiliária

R\$ mil

Descrição	Histórico	Valor Após Reavaliação 2016	Valor Após Reavaliação 2015	Varição 2016/2015 Reavaliação	Vida Util
CCABF	Locadas a Terceiros	36.908	36.908	-	480
ECBM	Uso próprio, Terc. e Patroc.	15.442	15.442	-	300
GALPÃO 10	Locadas a Terceiros	1.742	1.834	(92)	420
LIFECENTER	Locadas a Terceiros	22.503	22.503	-	456
MIRAFIORI	Locadas a Terceiros	6.604	7.295	(691)	204
ED. BRAS RC	Patrocinadora	-	950	(950)	480
<b>TOTAL</b>	...	<b>83.199</b>	<b>84.932</b>	<b>(1.733)</b>	...

O resultado da Reavaliação Imobiliária em 31 de dezembro de 2016 é decorrente do reconhecimento contábil da posição dos Imóveis, com base nos Laudos Técnicos emitidos pela empresa Raja Engenharia Ltda, CNPJ 02.651.291/0001-03. Em 15 de setembro de 2016 foi realizada uma venda do imóvel Brasília Rádio Center, pelo valor de R\$ 665 mil.

A edição da Instrução Previc nº 15/2014, de 12 de novembro de 2014, alterou a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O seu Art. 6º - "letra a" autoriza a dispensa do registro da depreciação para os planos de benefícios que realizam reavaliação dos investimentos imobiliários anualmente. Dessa forma, o Agros passou a não fazer o registro da depreciação dos seus imóveis a partir do exercício de 2015, tendo como base a Política de Investimento de 2016, que também formalizou a opção de Reavaliação Anual dos Imóveis.

### 7.5. Empréstimos

R\$ mil

Empréstimos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Empréstimos a Participantes	60.847	64.472
(-) Provisão p/ Perda s/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(3.005)	(2.691)
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI - Plano A*	13.568	13.272
Empréstimo de Amortização Aleatória Diferida – EMAADI - Plano B**	19.866	0
<b>Total</b>	<b>91.276</b>	<b>75.053</b>

(\*) O Saldo do valor do EMAADI concedido aos participantes do Plano A está atualizado monetariamente. É equivalente ao valor da Reserva de Poupança de cada participante, apurada com base em estudos atuariais e aprovação do Conselho Deliberativo (Res. CDE 216/2008).

(\*\*) Em 24/06/2016, o CDE autorizou a concessão de EMAADI aos participantes ativos do Plano B por meio da Resolução N° 325/2016, embasado em Estudo Atuarial.

### 8. ATIVO PERMANENTE

O ativo permanente é formado pelos seguintes bens:

R\$ mil

Ativo Permanente	PGA	
	31/12/2016	31/12/2015
<b>Imobilizado</b>		
Instalações	3	3
Móveis e Utensílios	162	174
Máquinas e Equipamentos	79	87
Veículos	15	30
Biblioteca	4	6
Sistema de Comunicação	5	6
Computadores e Periféricos	84	69
Edificações de Uso Próprio – Sede do Agros	1.900	1.946
<b>Subtotal (1)</b>	<b>2.252</b>	<b>2.321</b>
<b>Intangível</b>		
Software	40	35
<b>Subtotal (2)</b>	<b>40</b>	<b>35</b>
<b>Total (1+2)</b>	<b>2.292</b>	<b>2.356</b>

Os valores registrados na conta de ativos intangíveis são de aquisições de softwares necessários às atividades dos planos do Agros, bem como aqueles vinculados às estações de hardwares. Estes bens estão avaliados pelo valor de aquisição e são amortizados à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano.

### 9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa os valores dos compromissos de curto prazo do Plano de Gestão Administrativa (PGA) conforme demonstrado a seguir.

R\$ mil

Exigível Operacional	PGA	
	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal e Encargos a Pagar	1.852	1.699
Serviços de Terceiros	170	131
Fornecedores	11	4
Aluguéis	2	-
Retenções a Recolher	387	262
Tributos a Pagar	5	1
Créditos de Terceiros	11	-
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	75	20
<b>Total</b>	<b>2.513</b>	<b>2.117</b>

### 10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Representa os valores provisionados para processos judiciais e administrativos referentes às atividades da Gestão Administrativa e de Investimentos, respaldados na opinião dos consultores e assessores jurídicos do Instituto. A composição do saldo é assim apresentada:

R\$ mil

Exigível Contingencial	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2016	Acréscimo em 2016	Saldo em 31/12/2015
Gestão Administrativa (a)	9.114	721	8.393
Investimentos (b)	17.077	1.742	15.335
<b>Total</b>	<b>26.191</b>	<b>2.463</b>	<b>23.728</b>

- a) A provisão para contingência reconhecida no Plano de Gestão Administrativa (PGA), é de natureza tributária e refere-se ao Processo nº 2006.38.01.000597-8, que trata do questionamento judicial do Agros diante da suspensão de exigibilidade do crédito tributário, ligado as contribuições para o PIS/PASEP e para a COFINS entre março de 2006 a dezembro de 2014. O Agros realizou depósitos judiciais mensais desde a propositura da ação. A partir de janeiro de 2015, com base na IN 1.544/2015, e por orientação da consultoria jurídica da Abrapp, o Agros passou a efetuar o recolhimento do PIS e da COFINS direto aos cofres da Secretaria da Receita Federal (SRF);
- b) A provisão para Contingências reconhecida nos Planos Previdenciários A e B também é de natureza tributária e referem-se à Ação Ordinária 2007.38.00.021941-5 (ação principal do Processo nº 2007.38.00.012123-4), que discute a legalidade da cobrança de PIS/COFINS das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, uma vez que nessas entidades não se fala nem em lucro nem em faturamento, base de cálculo dos tributos de uma empresa comercial. A probabilidade de ocorrência de perda é possível, sendo contabilizada a atualização monetária mensal da Notificação e da Multa, proporcionalmente nos Planos A e B. A discussão processual encontra-se em 1º Instância do Tribunal de Justiça. Para esta contingência, não há depósitos judiciais.

R\$ mil

Planos	Contingências Passivas	31/12/2016	31/12/2015	Depósitos Judiciais
		26.191	23.728	
<b>A-CLT e B-RJU</b>	<b>Tributárias</b>			-
	PIS/COFINS - Notificado/Multa	17.077	15.335	Não
<b>PGA</b>	PIS/COFINS - Recolhimento Judicial	9.114	8.393	Sim

## 10.1 – Ativos Contingentes

Destacamos a seguir os seguintes ativos contingentes, em que o Agros é parte em participa de ação judicial conjunta e aguarda expedição e tramitação de precatórios. Esses valores não estão registrados em Balanço, tendo em vista que, apesar de serem classificados pelos Advogados como ganhos possíveis, ainda dependem de acertamento judicial, não sendo possível mensurar com confiança o valor a que tem direito e nem estimar o tempo necessário para recebimento.

### 10.1.1. Repetição de Indébito - Imposto de Renda (IR)

A Entidade ajuizou coletivamente ação de repetição de indébito em virtude do Decreto-Lei nº. 2.065/1983, questionando incidência indevida do IR sobre aplicações financeiras no período de 01/1984 a 05/1989. A referida ação foi julgada procedente em favor das Fundações, tendo a decisão transitado em julgado em 1993. Em 1995 iniciou-se a execução, havendo apresentação de embargos pela União Federal, julgado parcialmente procedente. As partes prosseguiram discutindo e atualmente aguarda-se o julgamento do Agravo de Instrumento em Recurso Especial aviado pelas autoras.

### 10.1.2. Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – Ação Declaratória

O Instituto, junto com outras entidades, ajuizou em 1990 ação declaratória para ser reconhecida a inexistência de obrigação de recolhimento do IOF sobre as operações financeiras, por ocasião da criação deste tributo naquele ano. O processo foi julgado procedente às autoras, que transitou em julgado, sendo reconhecida a não incidência de IOF sobre as operações do Instituto, bem como o direito à devolução dos valores recolhidos e depositados judicialmente, a serem levantados. O STF indeferiu os embargos de divergências opostos pelas autoras. Foi aviado então recurso de agravo regimental pelas autoras o qual foi improvido. Atualmente aguarda-se a expedição de precatórios em favor do Instituto.

### 10.1.3. Ação Ordinária de Cobrança – Plano Verão

O Instituto propôs, em 1994, Ação Ordinária de Cobrança em face da Caixa Econômica Federal, obtendo êxito na demanda cuja decisão transitou em julgado em 21.11.2007. O Cumprimento de Sentença foi aviado em 26.04.2011, sendo impugnado pela CEF que alegou já ter pago parte do valor nos autos do Processo nº 2005.38.00.022040-9, requereu a multa prevista no art. 940 do Código Civil, mas reconheceu como devido o valor de R\$811.343. Destarte, a CEF foi condenada a depositar o montante de R\$1.232.261 em favor do Instituto. Ambas as partes recorreram desta decisão com interposição de Agravos de Instrumento ao TRF1, sendo proferida decisão de antecipação de tutela no agravo da CEF, a qual foi impugnada, coma a interposição de novo Agravo de Instrumento por parte do Agros. Assim, aguarda-se o julgamento dos recursos.

### 10.1.4. Dotação Inicial da Patrocinadora e OFND

Existem valores apropriados em ativos a receber, oriundos de débitos residuais da dotação inicial da Patrocinadora UFV, que são também contingenciados em conta de provisão para perda sobre crédito de liquidação duvidosa, nos Balanços dos Planos da Entidade, cujos registros contábeis se encontram nos Planos A-Celetista (vide Nota explicativa nº 5). A cobrança dos montantes está em andamento por ação judicial cível.

O Agros numa ação conjunta da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), possui um recurso judicial que está em andamento na Justiça Federal, que questiona a correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), cujas aplicações remontam anos anteriores de investimentos efetuados pela Entidade. Como não há uma garantia do desfecho desta ação, nem de data e possíveis valores, estes ainda não são registrados em balanço. A Assessoria Jurídica da Abrapp acompanha este processo.

## 10.2. Passivos contingentes

O Instituto também tem passivos contingentes de natureza cível e trabalhista, cujas as perdas foram classificadas pelos assessores jurídicos como possíveis e remotas. Neste contexto, a Entidade não

reconheceu nas Demonstrações contábeis de tais passivos por não atenderem aos critérios de contabilização requeridos pela NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Resultam de cálculos atuariais do valor atual dos compromissos futuros referentes aos benefícios decorrentes de aposentadorias e de pensões a serem pagas aos participantes, deduzidos do valor atual das contribuições futuras. Os valores contabilizados estão respaldados em avaliação atuarial que é realizada anualmente, cuja data de referência para o cálculo foi 31 de outubro de 2016, tendo seus efeitos reconhecidos no mês de dezembro de 2016, quando da emissão dos relatórios da referida avaliação atuarial.

Os valores das Provisões Matemáticas consignadas nas demonstrações contábeis foram determinados pelos cálculos da assessoria atuarial ATEST, até maio de 2016, e a partir dessa data, o Agros optou pela contratação da Jessé Montello Consultoria Atuarial. A adoção de metodologias de cálculos atuariais diferentes, impactaram nas Provisões Matemáticas dos Planos.

A composição do saldo é assim apresentada:

Provisões Matemáticas	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2016	Constituição ou Reversão em 2016	Saldo em 31/12/2015
<b>Benefícios Concedidos</b>	<b>246.373</b>	<b>11.308</b>	<b>235.065</b>
<b>Benefício Definido (BD)</b>	<b>246.373</b>	<b>11.308</b>	<b>235.065</b>
Benefícios Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	164.273	110.480	53.793
- Benefícios Programados	164.273	110.480	53.793
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Atuais Assistidos - BD	82.100	(99.172)	181.272
- Benefícios Não Programados	82.100	(99.172)	181.272
<b>Benefícios a Conceder</b>	<b>269.048</b>	<b>(6.205)</b>	<b>275.253</b>
<b>Contribuição Definida (CD)</b>	<b>14.505</b>	<b>5.423</b>	<b>9.082</b>
Saldo de Contas - Parcela Participantes	14.505	5.423	9.082
<b>Benefício Definido (BD)</b>	<b>254.543</b>	<b>(11.628)</b>	<b>266.171</b>
Benefícios Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos – BD	148.723	(40.379)	189.102
- Benefícios Programados	148.723	(40.379)	189.102
Benefícios Não Programados do Plano c/ os Futuros Assistidos - BD	105.820	28.751	77.069
- Benefícios Não Programados	105.820	28.751	77.069
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>515.421</b>	<b>5.103</b>	<b>510.318</b>

Diante da contratação de sua nova Assessoria Atuarial, houve mudanças de metodologia de contabilização das Provisões Matemáticas, nos Planos A e B, passando a considerar entre os benefícios de pensão por morte, quais são de origem de um benefício ou não, diferentemente da metodologia atuarial utilizada no exercício de 2015, em que todo benefício de pensão foi contabilizado como benefício de risco.

Merece destaque, também, as mudanças de custeio e hipóteses Atuariais, na avaliação atuarial de 2016, de ambos os Planos.

Os cálculos das Provisões Matemáticas são de responsabilidade do atuário externo contratado pela Entidade, os quais representam as obrigações assumidas para concessão de benefícios atuais e futuros aos participantes e seus beneficiários, calculadas em regime de capitalização.

As premissas e hipóteses atuariais condizem com a realidade da massa e estão apresentadas abaixo:

<b>AVALIAÇÃO ATUARIAL - PLANO A - CLT</b>		
<b>HIPÓTESES ECONÔMICO-FINANCEIRAS</b>	<b>DAA 2016</b>	<b>DAA 2015</b>
Taxa Real de Juros	5,00%	5,00%
Indexador do plano	INPC	INPC
Taxa Real de Crescimento salarial	3,19%	3,00%
Crescimento Real de benefícios	0,00%	0,00%
Rotatividade	Nula	1
Fator de Capacidade dos benefícios	97,50%	1
Fator de Capacidade dos salários	-	1
<b>HIPÓTESES BIOMÉTRICAS</b>	<b>DAA 2016</b>	<b>DAA 2015</b>
Tábua de Mortalidade	AT- 2000 Segregada por sexo	AT- 2000 Segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 Masc	AT-83
Tábua de mortalidade de Ativos	HAMZA	-
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Geração futura	-	1
Outras tábuas utilizadas	n/a	n/a
Composição da família de pensionistas	-2	-1

<b>AVALIAÇÃO ATUARIAL - PLANO B - RJU</b>		
<b>HIPÓTESES ECONÔMICO-FINANCEIRAS</b>	<b>DAA 2016</b>	<b>DAA 2015</b>
Taxa Real de Juros	5,00%	5,00%
Indexador do plano	INPC	INPC
Taxa Real de Crescimento salarial	1,03%	3,00%
Crescimento Real de benefícios	0,00%	0,00%
Rotatividade	Nula	1
Fator de Capacidade dos benefícios	100,00%	1
Fator de Capacidade dos salários	-	1
<b>HIPÓTESES BIOMÉTRICAS</b>	<b>DAA 2016</b>	<b>DAA 2015</b>
Tábua de Mortalidade	AT- 2000 Segregada por sexo	AT- 2000 Segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 Masc	AT-83
Tábua de mortalidade de Ativos	HAMZA	-
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT-FRACA	Álvaro Vindas
Geração futura	-	1
Outras tábuas utilizadas	n/a	n/a
Composição da família de pensionistas	-2	-1

A Entidade está dispensada do envio das Demonstrações Atuariais para o Plano de Benefício Agros CD-01, e da elaboração da avaliação atuarial anual, pela ausência do risco atuarial nessa modalidade, de acordo com o Art. 3º da Instrução Previc nº 12, de 13/10/2014. Dessa forma, as metas de rentabilidades para esse Plano são estabelecidas na Política de Investimento do Instituto, e são lastreadas na taxa Selic.

## 12. EQUILÍBRIO TÉCNICO

Os valores contabilizados como resultados dos planos de benefícios definidos são alocados em Reserva de Contingência, a partir do cálculo sobre as Provisões Matemáticas, e em Reserva Especial para Revisão do Plano, o que exceder a este limite estabelecido na apuração do resultado.

Os resultados realizados decorrem da apuração contábil nos balancetes de cada plano, que significa o confronto entre os recursos arrecadados e os recursos utilizados, adicionando-se os fluxos financeiros obtidos (positivo ou negativo) dos investimentos, deduzindo, ainda, os custos administrativos. A composição é assim apresentada:

R\$ mil

Resultados Realizáveis	Plano A		Plano B		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>21.015</b>	<b>7.741</b>	<b>188.673</b>	<b>123.339</b>	<b>209.688</b>	<b>131.080</b>
Reserva de Contingências	21.015	7.741	90.301	92.208	111.316	99.949
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	-	98.372	31.131	98.372	31.131
<b>(-) Déficit Técnico</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total dos Resultados Realizáveis</b>	<b>21.015</b>	<b>7.741</b>	<b>188.673</b>	<b>123.339</b>	<b>209.688</b>	<b>131.080</b>

A partir do exercício de 2016, o Instituto passa a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17/12/2015.

**Superávit Técnico Acumulado:** corresponde à sobra patrimonial em relação às reservas matemáticas líquidas, composta como segue:

- Reserva de Contingências: calculada a partir da fórmula  $[10\% + (1\% \times \text{Duração do Passivo do Plano})] \times \text{Provisão Matemática}$  deduzidas das Provisões Matemáticas a Constituir. O Excedente da Reserva de Contingência será utilizado para constituição da Reserva Especial para Ajuste do Plano. Conforme relatório Atuarial, a Duração do Passivo do Plano A é 14,12 anos, e do Plano B é de 14,15 anos.

- Reserva Especial para Revisão de Plano: corresponde ao excedente patrimonial em relação aos compromissos totais do resultado apurado para o cálculo da Reserva de Contingência, das provisões matemáticas.

### 13. FUNDOS

R\$ mil

Fundos	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Fundo Previdencial	26.501	26.501
Fundo Administrativo	47.676	44.178
Fundo de Investimentos	4.481	4.073
<b>Total dos Fundos</b>	<b>78.658</b>	<b>74.752</b>

#### 13.1. Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial do Plano B, cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 26.501 mil, foi criado em 2010 pela Resolução nº 245/2010 do CDE, para dar destinação ao superávit acumulado em três exercícios consecutivos. Tal destinação não foi aprovada pela Previc, que determinou um Estudo da segregação dos recursos dos Planos A-CLT e B-RJU, resultando em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cujos trabalhos e aprovação ainda estão em andamento.

#### 13.2. Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é destinado à cobertura dos valores das despesas administrativas da atividade do PGA na gestão dos planos de benefícios, no que exceder aos limites de custeio estabelecido no Orçamento Anual e no Plano de Custeio do Agros, em conformidade com a Resolução CGPC 29, de 31 de agosto de 2009.

#### 13.3. Fundos dos Investimentos

Os Fundos são destinados à cobertura de situações especiais relacionados à Carteira de Empréstimos a Participantes, que são:

- Fundo para Quitação de Empréstimo por Morte de Participante: objetiva liquidar o saldo devedor de empréstimos em caso de morte do participante; e

- Fundo Garantidor de Prestação de Empréstimos: permite a dispensa dos avalistas nos contratos de empréstimos, quando o participante faz esta opção.

#### **14. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

O Agros tem estrutura administrativa, patrimonial e funcional separado da Patrocinadora UFV, com sede, administração, recursos e orçamento próprios. A parte administrativa do Agros é realizada no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que foi previsto na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009. O regulamento do PGA foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 23/02/2010, através da Resolução nº 234/2010. Esse plano tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Instituto.

##### **14.1. Fontes de Custeio Administrativo**

As fontes de Custeio para a cobertura das despesas administrativas da gestão dos planos de benefícios estão previstas na Lei Complementar nº 108/2001, na Resolução CGPC 29/2009, de 31/08/2009, na Instrução Normativa nº 34/2009, de 24/09/2009 e no Regulamento do PGA. As fontes de Custeio Administrativo constituem-se de percentual das contribuições dos participantes e assistidos, patrocinadores e resultado dos investimentos, receitas administrativas e Fundo Administrativo.

##### **14.2. Critério de Reconhecimento e Rateio das Despesas Administrativas**

O Agros faz a gestão das despesas com pessoal e encargos por centro de custo, a partir de um estudo criterioso da hora de trabalho de cada funcionário para cada gestão, sendo que estas despesas representam a maior parte do total das despesas administrativas do Instituto. A estrutura de contas das EFPC determinada pela Previc para receptionar estas despesas no PGA tem três divisões básicas: gestão previdencial, gestão dos investimentos e gestão assistencial. Assim, os gastos com pessoal que desempenha atividades exclusivas de uma gestão (previdencial, investimentos ou assistencial) são alocados diretamente na sua gestão e identificados em seu centro de custo. Aquelas despesas que são de natureza comum às gestões, são rateadas entre elas em percentuais atribuídos nos centro de custos. As despesas administrativas que têm caráter específico de um plano também são alocadas diretamente no centro de custeio deste, dentro de uma gestão, para apuração dos custos finais.

As demais despesas de gestão incluem: treinamentos, viagens, serviços de terceiros (essas são classificadas diretamente nas gestões, conforme análise prévia realizada a partir do objetivo/natureza da ação), e depreciações, tributos e despesas gerais. Dentre estas, excetuando as despesas com treinamentos e viagens, que também são orientadas por rateio em centro de custos, as outras despesas podem ser divididas em dois grupos: aquelas que possibilitam a definição de um rateio específico, e aquelas que têm natureza comum e são rateadas entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial, com percentuais definidos no Orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O processo da gestão das despesas administrativas no PGA se completa quando é realizado outro nível de rateio, atribuindo a participação destas despesas, em cada atividade: Previdencial e de Investimentos, por plano de benefício, no momento em que se verifica o custo da gestão dos planos. A parte das despesas da Gestão de Investimentos que cabe ao Plano Assistencial é incorporada no nível da Gestão Assistencial para o reembolso integral pelo Plano Assistencial ao PGA.

O Agros está em processo de acompanhamento sistemático das despesas administrativas, visando manter-se adequado ao limite de custeio estabelecido para as EFPC, de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos A e B.

### 4.3 Despesas Administrativas x Recursos Garantidores em 31/12/2016

Planos	Recursos Garantidores	R\$ mil			
		Taxa Administrativa 1% (Limite)	Taxa Administrativa do Exercício	Varição	% Taxa Adm/Recurso Garantidor
Plano A - CLT	148.126	1.481	1.453	29	<b>0,95</b>
Plano B - RJU	593.428	5.934	5.572	362	
<b>Total</b>	<b>741.554</b>	<b>7.415</b>	<b>7.025</b>	<b>391</b>	<b>...</b>

### 14.4. Fluxo Contábil do Fundo Administrativo (Valores em mil - R\$)

R\$ mil		
Fundo Administrativo	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo no Fundo no Início do Exercício</b>	<b>44.178</b>	<b>40.813</b>
Receitas	14.415	12.758
(-) Despesas	(17.312)	(14.489)
(-) Constituições / Reversões de Contingências	-	(65)
Fluxo dos Investimentos	6.395	5.161
<b>Evolução do Fundo Administrativo</b>	<b>3.498</b>	<b>3.365</b>
<b>Saldo do Fundo no Final do Exercício</b>	<b>47.676</b>	<b>44.178</b>

### 15. GESTÃO ASSISTENCIAL - PLANO DE SAÚDE

Os valores da Gestão Assistencial, apresentados de forma sintética no Balanço Patrimonial do Agros, podem ser lidos em maior nível de detalhes nas publicações específicas do Plano de Saúde, com as demonstrações contábeis exigidas pela ANS, estando os valores patrimoniais assim compostos:

#### 15.1. Ativos do Assistencial

R\$ mil		
Ativo Assistencial	31/12/2016	31/12/2015
Disponível	42	80
Aplicações Financeiras	40.873	39.008
Créditos de Operações com Planos de Saúde	4.802	4.283
Bens e Títulos a Receber	98	17
Despesas Antecipadas	4	4
Realizável a Longo Prazo	3.880	2.461
Imobilizado	125	101
Intangível	4	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>49.828</b>	<b>45.954</b>

#### 15.2. Passivos do Assistencial

R\$ mil		
Passivo Assistencial	31/12/2016	31/12/2015
Provisões Técnicas de Operações de Assistência	9.074	8.580
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	179	73
Débitos de Operações de Assist. Não Relacionados c/ o Plano	4	4
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	407	374
Débitos Diversos	649	600
Passivo Não-Circulante - Exigível a Longo Prazo – Provisões	6.256	4.685
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	33.259	31.638
<b>Total do Passivo</b>	<b>49.828</b>	<b>45.954</b>

As Notas Explicativas da atividade Assistencial estão emitidas em documento próprio, tendo em vista o atendimento de Normas específicas editadas pela ANS.

## 16. DETALHAMENTO DOS AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O quadro abaixo apresenta os valores a pagar e a receber entre os planos do Agros em 31 de dezembro de 2016. O processo de eliminação é necessário à consolidação das Demonstrações Contábeis e as informações são registradas em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009:

Detalhamento das Eliminações de Consolidação Contábeis entre Planos	31/12/2016	
	a pagar	a receber
Plano A - CLT	118	1
Plano B - RJU	471	3
PGA - Plano A	1	118
PGA - Plano B	3	471
<b>Totais</b>	<b>593</b>	<b>593</b>

R\$ mil

No quadro seguinte estão apresentados os valores de participação dos Planos A e B no PGA em 31 de dezembro de 2016. Este processo de ajuste é necessário à consolidação das Demonstrações Contábeis e as informações são registradas em documentos auxiliares do Instituto, em atendimento aos itens 28, 29 e 30 – letra I da Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009:

Detalhamento dos Ajustes de Consolidação Contábeis entre Planos	31/12/2016		
	Plano A	Plano B	PGA
Participação no Plano de Gestão Administrativa	12.396	35.280	47.676
Participação no Fundo Administrativo - PGA	(12.396)	(35.280)	(47.676)

R\$ mil

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender necessidades próprias, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento.

Os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 passíveis de comparação com valor de mercado, têm valor contábil próximo aos valores de realização. Não existem outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2016, tais como: contratos a termo, futuros, swap e empréstimos de ações.

## 18. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Em 7 de outubro de 2014, o Agros e a Previc firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), instrumento jurídico que permite o alinhamento de entendimento sobre determinada matéria entre órgãos de fiscalização, entidades e empresas privadas. É um documento no qual uma instituição se compromete a cumprir determinadas condições para se adequar às exigências legais ou comprovar que já está atuando de acordo com elas.

O TAC firmado pelo Agros objetiva: i) comprovar que não há recurso público nos planos A e B, após a criação do Plano B, em 1992 e ii) apresentar estudo atuarial/contábil de segregação dos recursos dos Planos A e B.

Em 27 de janeiro de 2015 à Previc e o Agros celebraram um aditivo ao TAC com o objetivo de ajustar o Cronograma de Execução das Medidas acordadas inicialmente, referentes às etapas IV a IX do TAC, cujo prazo se encerraria em dezembro de 2015.

Em 20 de outubro de 2015, o Agros encaminhou à Previc a documentação protocolada “Previc – ERMG comando nº 404551913”, referente às Etapas faltantes para cumprimento do Cronograma acordado, solicitando ao Órgão as vistas ao processo e requerendo homologação e reconhecimento sobre a adequada segregação dos recursos entre os Planos A e B, bem como a asseguaração da inexistência de recursos de origem pública no Plano B passíveis de devolução. Até o momento, a Previc não se pronunciou de forma conclusiva sobre estes assuntos.

Em 20 de Abril de 2017, o Agros protocolou no ERMG – Previc, um novo estudo para segregação e evolução real do patrimônio dos planos A e B, no período de janeiro de 2002 até dezembro de 2005, em atendimento ao Ofício nº 5/2017/ERMG/DIFIS/PREVIC. O Agros aguarda posicionamento por parte da Previc para tomar as devidas providências.

## **19. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros implantou unidade administrativa interna responsável pelo gerenciamento e avaliação de riscos, possuindo também um Comitê de Controles Internos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações, das quais destacam-se:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e/ou controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na operadora;
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

É importante salientar que o Agros em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras e código de ética e conduta que protege a integridade e a continuidade do Instituto. Possui, além disso, manual de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, balanço patrimonial, demonstração de resultados, política de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos como prática periódica em suas atividades.

## **20. COBERTURA DE SEGUROS**

É prática do Agros manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado e para os investimentos imobiliários sujeitos a riscos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

## **21. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO**

A Resolução CNPC nº 16/2014, estabeleceu as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de

superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. Dispôs, ainda, do ajuste de precificação dos títulos públicos federais.

O ajuste de precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Dessa forma o Equilíbrio Técnico Ajustado dos Planos A e B, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação, correspondem a:

		R\$ mil	
<b>Apuração do Resultado Técnico Ajustado</b>		<b>Plano A</b>	<b>Plano B</b>
Patrimônio de Cobertura	(+)	148.016	562.588
Provisões Matemáticas	(-)	127.000	373.916
<b>Resultado Técnico Acumulado</b>	<b>(=)</b>	<b>21.015</b>	<b>188.672</b>
Ajuste de Precificação	(+)	1.697	8.079
<b>Resultado Técnico Ajustado</b>	<b>(=)</b>	<b>22.712</b>	<b>196.751</b>

Com base nesses cálculos, nota-se que não há necessidade de equacionamento dos planos.

## 22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de janeiro de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou o Convênio de Adesão Instituidor do Agros com a Associação dos Ex-alunos da UFV (AEA), firmado em novembro. Com isso, qualquer pessoa que tenha cursado pelo menos um semestre letivo na Universidade Federal de Viçosa, seja no Colégio de Aplicação (Coluni), Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (CEDAF – Florestal), cursos de graduação ou pós-graduação, passa a ter o direito de se inscrever no Plano de Previdência Agros CD-01, aproveitando o momento que a Previdência Geral do país está sendo discutida e há sinais de restrição de benefícios, oferecendo para o novo público uma ótima oportunidade de constituir um benefício que possibilitará tranquilidade e mais qualidade de vida futura.

Viçosa, 31 de dezembro de 2016.

Regimar Ferreira de Freitas  
Contador - CRC-MG 53.166  
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho  
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado  
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros  
Diretor Geral

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO ASSISTENCIAL\*  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

**Balanco Patrimonial Assistencial - Ativo**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	2016	2015
<b>Ativo Circulante</b>	<b><u>45.818.958</u></b>	<b><u>43.392.189</u></b>
<b>Disponível</b>	42.441	79.683
<b>Realizável</b>	<b><u>45.776.517</u></b>	<b><u>43.312.506</u></b>
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>40.872.559</b>	<b>39.008.374</b>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	11.731.847	6.569.276
Aplicações Não Vinculadas	29.140.712	32.439.098
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b><u>4.801.867</u></b>	<b><u>4.283.021</u></b>
Contraprestação Pecuniária a Receber	3.576.964	3.206.771
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.224.903	1.076.250
<b>Bens e Títulos da Receber</b>	<b>97.920</b>	<b>17.318</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	<b>4.171</b>	<b>3.793</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b><u>4.008.943</u></b>	<b><u>2.561.454</u></b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>3.880.272</b>	<b>2.461.010</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	3.880.272	2.461.010
<b>Imobilizado</b>	<b>124.787</b>	<b>100.444</b>
<b>Imobilizado de Uso Próprio</b>	105.383	100.250
Não Hospitalares / Odontológicos	105.383	100.250
Outras Imobilizações	19.404	194
<b>Intangível</b>	3.884	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>49.827.901</b>	<b>45.953.643</b>

**Balanco Patrimonial Assistencial - Passivo**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	2016	2015
<b>Passivo Circulante</b>	<b><u>10.313.065</u></b>	<b><u>9.630.141</u></b>
<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b><u>9.074.086</u></b>	<b><u>8.580.246</u></b>
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	71.320	118.159
Provisões de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	3.918.527	3.524.061
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	5.084.239	4.938.026
<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	<b><u>178.686</u></b>	<b><u>72.593</u></b>
Contraprestações a Restituir	79.703	25.085
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	98.983	47.508
<b>Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Planos de Saúde da Operadora</b>	<b>4.436</b>	<b>4.395</b>
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	407.195	373.447
Débitos Diversos	648.662	599.460
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b><u>6.255.981</u></b>	<b><u>4.685.077</u></b>
<b>Provisões</b>	<b>6.255.981</b>	<b>4.685.077</b>
Provisões Para Acões Judiciais	6.255.981	4.685.077
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b><u>33.258.855</u></b>	<b><u>31.638.425</u></b>
Patrimônio Social	33.258.855	31.638.425
<b>Total do Passivo</b>	<b>49.827.901</b>	<b>45.953.643</b>

**Demonstração do Resultado Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	2016	2015
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	<b><u>54.700.700</u></b>	<b><u>49.585.540</u></b>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	54.700.700	49.585.540
Contraprestações Líquidas	54.700.700	49.585.540
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b><u>(41.310.608)</u></b>	<b><u>(36.459.340)</u></b>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(41.164.396)	(35.714.964)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(146.212)	(744.376)
<b>Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	<b><u>13.390.092</u></b>	<b><u>13.126.200</u></b>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	7.196	23.396
Receitas Assistenciais à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	1.737	-
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	1.513	-
Outras Receitas Operacionais	224	-
<b>Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde</b>	<b><u>(8.956.119)</u></b>	<b><u>(10.473.512)</u></b>
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(6.682.597)	(9.036.701)
Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	(2.190.295)	(1.440.206)
Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(83.227)	3.395
<b>Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora</b>	<b><u>(27.371)</u></b>	<b><u>(69.393)</u></b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b><u>4.415.535</u></b>	<b><u>2.606.691</u></b>
<b>Despesas Administrativas</b>	<b><u>(8.086.130)</u></b>	<b><u>(7.113.475)</u></b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b><u>5.291.025</u></b>	<b><u>4.662.291</u></b>
Receitas Financeiras	5.526.678	4.862.996
Despesas Financeiras	(235.653)	(200.705)
<b>Resultado Líquido</b>	<b><u>1.620.430</u></b>	<b><u>155.507</u></b>
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>	<b><u>1.620.430</u></b>	<b><u>155.507</u></b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	Patrimônio Social	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>31.482.918</b>	<b>31.482.918</b>
Superávit/Déficit do Exercício	155.507	155.507
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>31.638.425</b>	<b>31.638.425</b>
Superávit/Déficit do Exercício	1.620.430	1.620.430
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>33.258.855</b>	<b>33.258.855</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Direto - Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	2016	2015
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimento de Planos de Saúde	56.939.426	50.002.421
Resgate de Aplicações Financeiras	11.762.274	17.291.593
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.573.343	3.195.902
Outros Recebimentos Operacionais	77.227	18.903
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(46.012.469)	(40.210.148)
Pagamento de Pessoal	(2.822.893)	(2.242.725)
Pagamento de Pró-Labore	(447.168)	(357.888)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(3.263.990)	(3.819.331)
Pagamento de Tributos	(4.168.208)	(3.805.293)
Pagamentos de Ações Judiciais (Civis/trabalhistas/tributárias)	(3.207)	-
Pagamento de Promoção / Publicidade	-	-
Aplicações Financeiras	(9.790.000)	(17.008.000)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.839.648)	(3.056.480)
<b>Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b><u>4.687</u></b>	<b><u>8.954</u></b>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(41.929)	(30.184)
<b>Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b><u>(41.929)</u></b>	<b><u>(30.184)</u></b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b><u>(37.242)</u></b>	<b><u>(21.230)</u></b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b><u>(37.242)</u></b>	<b><u>(21.230)</u></b>
<b>Caixa - Saldo Inicial</b>	<b>79.683</b>	<b>100.913</b>
<b>Caixa - Saldo Final</b>	<b>42.441</b>	<b>79.683</b>
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b>32.518.781</b>	<b>31.968.993</b>
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b>33.461.028</b>	<b>32.518.781</b>
<b>Aumento/Diminuição nas Aplicações Financeiras – Recursos Livres</b>	<b>942.247</b>	<b>549.788</b>

**Demonstração do Resultado Abrangente - Assistencial**  
**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 (Valores em R\$)**

Descrição	2016	2015
<b>Superávit/Déficit do Exercício</b>	<b>1.620.430</b>	<b>155.507</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>1.620.430</b>	<b>155.507</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - PLANO ASSISTENCIAL

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Agros – Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) e Operadora de Planos de Saúde (OPS) na modalidade autogestão. Tem como órgãos reguladores e fiscalizadores a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O Agros faz parte do conjunto das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que, nos termos do artigo 76 da Lei Complementar nº 109/2001, foram autorizadas a continuar oferecendo a seus participantes as coberturas de assistência à saúde. Desde 18 de dezembro de 2008, com a publicação da Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01, esta atividade de saúde suplementar, mesmo quando executada por entidade de previdência complementar, passou a ser regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. No que tange a matéria contábil, a partir de 2007 a Entidade passou a enviar seus demonstrativos econômico-financeiros por intermédio do Documento de Informações Periódicas das Operadoras – DIOPS no modelo específico da ANS.

O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, como Operadora de Planos de Saúde (OPS), tem seu Plano Assistencial constituído por prazo indeterminado, em funcionamento desde 1º de setembro de 1994, e registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 368920. Os patrocinadores do Plano de Saúde são a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o próprio Agros - Instituto UFV de Seguridade Social.

Para inscrição no Plano Assistencial do Agros é necessário que o participante esteja vinculado a um de seus planos de previdência complementar, quais sejam: Plano A (CLT), Plano B (RJU), Plano Agros CD-01. Após o fechamento de vinculação ao Plano Previdenciário B (RJU), em 2007, os novos servidores da UFV que queiram ingressar no Plano de Saúde do Agros devem estar vinculados ao Plano Previdenciário denominado Agros CD-01, por meio dos Instituidores: UFVCredi, Sindicato dos Securitários de Minas Gerais (Sindisec– MG) e Federação dos Contabilistas de Minas Gerais (Fecon– MG).

Em conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), o Instituto não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda a título de lucro ou participação no resultado. Nos exercícios de 2016 e 2015, a totalidade dos recursos do Plano Assistencial foi aplicada no país e a escrituração das receitas, despesas e das suas rendas obtidas pelas aplicações de seus recursos foi registrada em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Como operadora de planos de saúde, o Agros oferta e administra os seguintes produtos:

- a. PAS-UFV (Plano de Assistência à Saúde dos Participantes do Agros);
- b. Agros Saúde I com Odontologia;
- c. Agros Saúde I sem Odontologia;
- d. Agros Saúde II com Odontologia;
- e. Agros Saúde II sem Odontologia;
- f. Agros Saúde III com Odontologia;
- g. Agros Saúde III sem Odontologia;
- h. Agros Saúde IV com Odontologia.

O PAS-UFV é um plano ativo com comercialização suspensa, conforme seu cadastro junto à ANS.

Os Planos de Saúde do Agros totalizavam 16.231 vidas cobertas em 31/12/2016, incluindo titulares e dependentes; e 16.453, em 31/12/2015.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 2.1. Base de Apresentação

No que se refere à gestão contábil do plano de assistência à saúde, a partir de 2009, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC foram obrigadas ao completo atendimento às normas contábeis emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, conforme determinou a Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01/2008.

#### 2.2. Demonstrações contábeis

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo as orientações e interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às operadoras de planos de saúde e aprovadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Dessa

forma, o Agros apresenta essas Demonstrações contábeis assistenciais em separado das Demonstrações contábeis previdenciais, no qual os saldos assistenciais são representados nas Demonstrações contábeis previdenciais por apenas uma rubrica totalizadora, no ativo e passivo no Balanço Consolidado, e o total das receitas e despesas assistenciais são apresentadas na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS.

A ANS publicou a Resolução Normativa n  390/15 que alterou os Anexos da Resolução Normativa 290, de 27 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Plano de Contas Padrão para as operadoras de planos de assistência   saúde com adoção obrigatória para as Entidades a ela relacionadas.

As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2015, de forma a permitir a comparabilidade.

A Demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão estabelecido pela ANS. Assim, a conciliação pelo método indireto está demonstrada na Nota explicativa n  12.

Como o Agros também administra planos de previdência complementar de associados vinculados aos patrocinadores, a contabilidade mant m escrituração distinta de suas atividades. Assim, os eventos originados dos controles dos planos de benefícios e de saúde são contabilizados de forma separada, proporcionando a preparação de demonstrações contábeis segregadas para cada segmento das suas atividades, ou seja, de previdência complementar e de assistência   saúde, bem como a atividade de suporte do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Esta segregação está em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e às Operadoras de Planos de Saúde (OPS).

### **2.3. Base de preparação**

As Demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes)   ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

### **2.4. Moeda Funcional**

A moeda funcional da Operadora é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das Demonstrações contábeis.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

### **3.1. Apuração de resultado**

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercícios.

As receitas são originadas, principalmente, das contribuições mensais dos patrocinadores, e participantes além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio.

As despesas com eventos/sinistros conhecidos ou avisados são apropriadas considerando a data de apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores de serviç os do seu valor integral.

O fato gerador da despesa é o atendimento ao beneficiário. Naqueles casos em que esse atendimento ocorrer sem o conhecimento da operadora, o reconhecimento da despesa se d  com a constituição da provisão técnica específica (PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados), nos moldes da legislação em vigor.

### **3.2. Estimativas Contábeis**

A elaboração de Demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências, provisão para perdas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente. Para valores da atividade assistencial a receber, foi adotado o seguinte critério para as constituições de provisões para perdas sobre créditos: havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada, ou seja, é lançada nos demonstrativos como possível perda.

### **3.3. Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas vinculadas e não vinculadas são atualizadas pelo seu valor justo, no entanto as aplicações vinculadas não podem ser movimentadas sem autorização da ANS.

As aplicações financeiras livres são classificadas como destinadas à negociação, ou seja, com o propósito de serem frequentemente negociadas. São atualizadas pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

### **3.4. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde**

Os “Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde” são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de “Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde”. A provisão para perdas sobre créditos (PPSC) de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, por se tratar de plano coletivo empresarial, conforme critérios estabelecidos no Anexo I da Resolução Normativa ANS nº 322/2013.

### **3.5. Ativos Não Circulantes**

Realizável a longo prazo – os direitos realizáveis após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificados como longo prazo, e apresentados pelo valor presente de realização.

### **3.6. Passivos Circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo as provisões constituídas, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 209/2009 e 274/2011.

#### **3.6.1. Provisão de Eventos a Liquidar**

A provisão de eventos a liquidar é representada por faturas dos prestadores de serviços, reembolso a participantes e ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). É registrada no passivo circulante, em contrapartida às contas de resultado de eventos conhecidos ou avisados, no momento em que temos o conhecimento do evento para ser contabilizado.

#### **3.6.2. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)**

O Agros tem metodologia própria para cálculo do valor da PEONA, conforme Processo Administrativo nº 070/2013 e Ofício nº 4287/2013/GGAME(GEHAE)/DIOPE/ANS, de 16/10/2013.

Os valores atuarialmente calculados, bem como a validação da consistência, são de responsabilidade da Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda – EPP.

### **3.7. Passivo Não Circulante**

As provisões e obrigações a pagar após o término do exercício subsequente à data do balanço são classificadas como longo prazo, atualizadas, quando aplicável, pelos encargos previstos.

A provisão para contingência é constituída nos casos em que há probabilidade de perda provável das ações judiciais cujo desembolso possa ser mensurável, em atendimento e cumprimento da NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas.

### **3.8. Tributos**

#### **3.8.1. Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL**

O Agros é dispensado à retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos, em conformidade com a Lei 11.053/2004 e dispensada do recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de acordo com o artigo 5º da Lei nº 10.426/2002.

#### **3.8.2. Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS**

Os valores referentes ao PIS e à COFINS são calculados mensalmente, de acordo com as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre o somatório das receitas da gestão assistencial da Operadora e do resultado positivo de suas aplicações, deduzido os eventos/sinistros conhecidos ou avisados e a variação das provisões técnicas, conforme Instrução Normativa SRF Nº 1.285, de 13/08/2012.

### **3.9. Instrumentos financeiros**

#### **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. A Operadora classifica seu principal ativo financeiro (aplicações financeiras) pelo valor justo por meio do resultado.

#### **Passivos financeiros**

Passivos financeiros (contas a pagar) são inicialmente reconhecidos a valor justo acrescidos do custo da transação diretamente relacionado a eles.

## **4. PLANO ASSISTENCIAL – FONTE DE CUSTEIO E GARANTIAS FINANCEIRAS**

### **4.1. Fonte de Custeio**

De acordo com disposição específica dos seus Regulamentos, o custeio dos planos denominados Agros Saúde é atendido pelas seguintes fontes de receita:

- a. Contribuições mensais dos beneficiários titulares, em virtude de sua inscrição e da inscrição de seus dependentes normais e dependentes agregados, bem como dos pensionistas;
- b. Coparticipações dos beneficiários;
- c. Valores repassados pelas patrocinadoras, destinados aos beneficiários que façam jus ao patrocínio, conforme estabelecido pela legislação aplicável e demais instrumentos que regulam a existência de patrocínio, dentre eles, os contratos e convênios constituídos para esse fim;
- d. Recursos provenientes do Fundo Assistencial, conforme estabelecido pelo Conselho Deliberativo (CDE) do Agros e definido em atos normativos da entidade;
- e. Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não onerosos ao Agros.

### **4.2. Garantias Financeiras**

A Operadora está sujeita à constituição ou observância, conforme o caso, das seguintes Garantias Financeiras previstas na Resolução Normativa da ANS nº 209/2009 e alterações, na forma e prazos estabelecidos nos referidos normativos:

- a. Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA): representa o valor mínimo a ser observado no Patrimônio Social da Entidade, não sendo necessário manter ativos garantidores;
- b. Margem de Solvência (MS): regra financeira prudencial com foco na capitalização da operadora, que consiste em uma garantia adicional às Provisões Técnicas, proporcional ao seu porte;
- c. Provisão para Eventos Ocorridos e Não-Avisados (PEONA): provisão destinada a garantir os pagamentos dos eventos que já ocorreram, mas ainda não foram avisados à operadora. A PEONA é calculada atuarialmente, por metodologia própria, sendo lastreada com ativos garantidores vinculados à ANS;
- d. Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): provisão destinada ao pagamento dos eventos já ocorridos e avisados à operadora, mas que ainda não tenham sido quitados.

O Patrimônio Social da Operadora, após os devidos ajustes previstos na IN-DIOPE nº 50/12, é suficiente para cobrir o maior valor entre o PMA e a MS.

O quadro abaixo apresenta os valores de cada garantia financeira atribuída a essa Operadora de Plano de Saúde na posição de 31 de dezembro de 2016.

Garantias Financeiras - Dezembro/2016	
Garantia Financeira	Valor
Patrimônio Mínimo Ajustado	699.892
Margem de Solvência Integral	12.260.875
Margem de Solvência Proporcional (36/120)	3.678.262
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	5.084.239

## 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras do Plano Assistencial incluem as aplicações garantidoras de provisões técnicas e às aplicações livres. Estes recursos destinam-se a garantir os compromissos provisionados pela operadora. Em 31 de dezembro apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
<b>Aplicações Garantidoras das Provisões Técnicas</b>		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	11.731.847	6.569.276
<b>Aplicações Livres</b>		
Títulos de Renda Fixa		
Cotas de Fundos de Investimentos	29.140.712	32.439.098
<b>Total</b>	<b>40.872.559</b>	<b>39.008.374</b>

## 6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2016	2015
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		
Contraprestações Pecuniárias a Receber	3.576.964	3.206.771
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	1.224.903	1.076.250
<b>Total</b>	<b>4.801.867</b>	<b>4.283.021</b>

- Os Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida às contas de resultados: Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde e Recuperações de Despesas;
- A Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis refere-se à coparticipação a receber dos beneficiários nos eventos com assistência médica.

## 7. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Refere-se aos valores depositados em juízo resultantes de ações de natureza tributária e trabalhista. Os valores demonstrados a seguir se referem exclusivamente ao Plano de Benefício de Assistência à Saúde.

Descrição	2016	2015
Tributárias	3.859.775	2.461.010
Trabalhista	20.497	-
<b>Total</b>	<b>3.880.272</b>	<b>2.461.010</b>

**Tributárias** – refere-se ao INSS Patronal apurado sobre os serviços de terceiros pessoa física, sobre o qual o Agros impetrou o Mandado de segurança nº 0004750-03.2013.4.01.3823 requerendo a Não Incidência da contribuição previdenciária previstas no inciso III do art. 22 da Lei nº 8.212/91, incidente sobre os pagamentos repassados aos profissionais de saúde, em decorrência dos serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados aos participantes e beneficiários do plano de saúde. Existe provisão contingencial contabilizada (Nota explicativa nº 9).

**Trabalhista** – refere-se a uma ação onde o reclamante contratado para prestar serviços de motorista de ambulância pleiteia o recolhimento do vínculo empregatício com a anotação na CTPS, aplicação da multa dos artigos 477 e 467 da CLT, que sejam oficiados o MPF e o DRT para a apuração dos fatos narrados na inicial, bem como o pagamento das verbas rescisórias, alegando serem direitos adquiridos. Existe provisão Contingencial contabilizada (Nota explicativa nº 9).

## 8. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

As provisões técnicas estão inseridas no passivo circulante da operadora e representa os valores provisionados, baseados em relatórios e documentos do instituto:

Descrição	2016	2015
Provisões de Eventos a Liquidar Para o SUS	71.320	118.159
Provisões de Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços	3.918.527	3.524.061
Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	5.084.239	4.938.026
<b>Total</b>	<b>9.074.086</b>	<b>8.580.246</b>

- As Provisões de Eventos a Liquidar representam a provisão de eventos ocorridos e ainda não pagos. A RN ANS nº 209/09 determinou a constituição dessa provisão a partir de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador de serviços no momento da apresentação da cobrança às operadoras;
- As Provisões para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), representam a provisão para fazer face ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída metodologia própria (Nota explicativa nº 4.2).

## 9. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

As contingências passivas são de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, algumas com depósitos judiciais outras apenas com contingências, conforme seguem:

Descrição	2016	2015
<b>Provisão para Ações Tributárias relacionadas ao Plano de Saúde</b>		
1 - INSS Patronal	3.859.775	2.461.010
2 - PIS/COFINS - Notificado	1.160.900	1.110.977
3 - PIS/COFINS - Multa	652.489	597.393
<b>Provisão para ações cíveis</b>		
4 - Ações Cíveis - Participantes / Beneficiários	140.067	123.785
5 - Devolução de Contribuição PAS-UFV	323.718	278.438
<b>Provisão para ações trabalhistas</b>		
6 - Provisão para Ações Trabalhistas relacionadas ao Plano de Saúde	119.032	113.474
<b>Total</b>	<b>6.255.981</b>	<b>4.685.077</b>

### Provisão para Ações Tributárias relacionadas ao Plano de Saúde

- Refere-se ao INSS Patronal sobre os serviços terceiros pessoa física, sobre o qual o Agros impetrou uma Mandado de segurança nº 0004750-03.2013.4.01.3823 requerendo a Não Incidência da contribuição previdenciária previstas no inciso III do art. 22 da lei nº 8.212/91, apurada sobre os pagamentos repassados aos profissionais de saúde, em decorrência dos serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados aos beneficiários do plano de saúde;
- Decorre da Ação Cautelar 2007.38.00.012123-4 (PIS) referente à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não havendo depósito judicial para esta demanda, tendo por outro lado, um Imóvel cedido como Caução e Processo Administrativo-Fiscal (PAF) 10640-001360/2001-36 (COFINS). Essa ação diz respeito à incidência da contribuição sobre verbas que o fisco entende serem receitas tributáveis.
- Ação Ordinária nº 2007.38.00.021941-5 – Refere-se à contestação da ação principal descrita acima.

### Provisão para Ações Cíveis

- Participantes / Beneficiários – Trata-se da ação por danos materiais, morais e estéticos oriundos de um possível erro médico, sendo o Agros corresponsável;
- Devolução do PAS-UFV, decorre de ações judiciais movidas por participante por discordarem da alteração do custeio do Plano PAS em 09 de 2005, que passou de percentual de salário para faixa etária.

### Provisão para ações trabalhistas

6. Reclamatória Trabalhista - trata-se de demanda judicial vinculada ao depósito judicial descrito na Nota explicativa nº 7.

## 10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

### 10.1. Ativo Contingente

O Agros impetrou mandado de segurança nº 0009869-74.2014.4.01.3801 requerendo a não exigibilidade do reconhecimento da contribuição previdenciária na base de 15% sobre os valores de notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperativas de trabalho sem sentença até o momento. O Supremo Tribunal Federal - STF julgou, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do recolhimento desta contribuição previdenciária. Dessa forma, existe o direito líquido e certo a favor da operadora quanto a este crédito. O Instituto não quantificou e, portanto, não escriturou em seu balanço patrimonial o montante do crédito tributário a seu favor, referente aos valores recolhidos indevidamente em anos anteriores, que poderão ser compensados futuramente com outros tributos federais.

### 10.2. Passivo Contingente

A operadora possui passivos contingentes originários de ações judiciais tributárias (Defesa Administrativa – Posto Fiscal) e trabalhistas em que figura como parte, cujo perdas são classificadas como possíveis pelos Assessores Jurídicos e o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Neste contexto, o Agros não reconheceu nas Demonstrações Financeiras tais passivos por não atenderem aos critérios requeridos pela NBC TG 25 (R1) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

## 11. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da operadora é constituído por um Fundo Assistencial, comum a todos os planos de saúde administrados pelo Agros, que foi instituído pela Resolução nº 54/1993 do Conselho de Administração e Diretoria Executiva do Instituto e homologado pela Patrocinadora UFV através da Portaria nº 1.190/1993. O montante deste fundo foi indicado atuarialmente no Estudo B-02, alternativa 02, da Nota Técnica STEA: D.T.A 2/1657/93/187, em consonância com o §1º do artigo 39 da Lei nº 6.435/1977 e com o artigo 120 do Regulamento Básico do Agros.

As receitas previstas para o Fundo Assistencial são provenientes da dotação inicial da Patrocinadora UFV. Além disso, o fundo recebe também as diferenças entre as receitas e despesas mensais do plano.

Os Recursos do Fundo Assistencial são destinados para as seguintes coberturas:

- Custeio parcial das mensalidades relativas aos participantes inscritos no PAS-UFV até 1º de setembro de 2005, cujo valor será definido em função da faixa salarial do titular e do tamanho de seu grupo familiar;
- Diferença entre o valor calculado para a contribuição e o valor final de contribuição, em virtude da adoção do teto de 11% do salário de contribuição;
- Contribuição mensal, determinada segundo os mesmos critérios de cálculo do subsídio governamental, para os aposentados e pensionistas do Regime CLT, vinculados ao Plano A e inscritos até dezembro de 1993;
- Destinação mensal de 0,3% dos recursos do Fundo para os Programas para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças instituídos pelo Agros.

Assim sendo, o patrimônio social destina-se à cobertura dos gastos da atividade assistencial relativa aos planos de saúde administrados, na forma do regulamento:

Descrição	2016	Varição (+/-)	2015
Patrimônio Social – Fundo Assistencial	33.258.855	1.620.430	31.638.425
<b>Saldo</b>	<b>33.258.855</b>	<b>1.620.430</b>	<b>31.638.425</b>

## 12. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Operadora, em atendimento ao que determina o item 20A da NBC TG 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa apresenta a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais. A conciliação resume-se em apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens reconciliados, à semelhança do que deve fazer a Entidade que usa o método indireto, em relação aos ajustes ao superávit ou déficit do exercício, para apurar o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais:

	2016	2015
<b>Déficit / superávit do Exercício</b>	<b>1.620.430</b>	<b>155.507</b>
<b>Ajustes para conciliação do déficit do exercício com a geração/utilização de caixa das atividades operacionais:</b>	<b>539.183</b>	<b>1.251.471</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	493.839	1.199.575
Depreciações do Imobilizado	45.344	51.896
<b>Déficit do Exercício Ajustado</b>	<b>2.159.613</b>	<b>1.406.978</b>
<b>(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais</b>	<b>(3.883.273)</b>	<b>(3.193.816)</b>
Aplicações Financeiras	(1.864.185)	(1.315.843)
Crédito de Operações com Planos de Assistência à Saúde	(518.846)	(514.444)
Bens e Títulos a Receber	(80.602)	(6.969)
Despesas Antecipadas	(378)	435
Depósitos Judiciais e Fiscais	(1.419.262)	(1.356.995)
<b>Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais</b>	<b>1.728.345</b>	<b>1.795.791</b>
Débitos de Operações de Assistência Saúde	106.092	(82.886)
Déb. Oper. Assist. Saúde Não Rel. C/Pl Saúde da Operadora	40	345
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	33.748	26.958
Provisões para Ações Judiciais	1.570.904	1.627.617
Débitos Diversos	17.561	223.757
<b>Caixa Gerado/Utilizado nas Atividades Operacionais</b>	<b>4.685</b>	<b>8.953</b>

### 13. EVENTOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA

A distribuição dos saldos dos Quadros Auxiliares de Eventos Médico-hospitalares do Documento de Informações Periódicas (DIOPS) referente ao 4º trimestre de 2016 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE nº 1, de 01/11/2013, dos planos coletivos empresariais adaptados à Lei nº 9.656/1998, com cobertura ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontologia na modalidade de preço pré-estabelecido:

#### Planos coletivos empresariais pós-lei: 4.1.1.1.06

Eventos Médico Hospitalares							
Assistência Médico-Hospitalar - Planos Coletivos Empresariais pós Lei							
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	470.211	79.080	3.242	0	0	162	552.695
Rede Contratada	3.866.070	5.838.185	1.557.905	20.418.684	5.952.369	13.171	37.646.384
Reembolso	71.894	43.107	28.524	380.638	45.499	114.077	683.739
<b>TOTAL</b>	<b>4.408.175</b>	<b>5.960.372</b>	<b>1.589.671</b>	<b>20.799.322</b>	<b>5.997.868</b>	<b>127.410</b>	<b>38.882.818</b>

#### Planos coletivos empresariais pós-lei: 4.1.1.1.2.1.06

Assistência Odontológica		
	Procedimentos Odontológicos	Total
Rede Contratada	2.376.585	2.376.585
Reembolso	193.271	193.271
<b>Total Geral</b>	<b>2.569.856</b>	<b>2.569.856</b>

#### Rede Assistencial Própria

O Plano de Saúde do Agros mantém rede assistencial própria para atendimento dos participantes da UFV, em Florestal – MG. Até o fim do exercício de 2016, para registro contábil dos custos fixos, foi estabelecido que a precificação se daria a partir da divisão das despesas de pessoal e encargos pelo número de procedimentos realizados, por aquela unidade, aos seus participantes. Este processo está sendo revisto para 2017, com a inserção de novos custos, como aluguel do espaço dos consultórios e outros custos agregados.

## 14. DESPESA ADMINISTRATIVA

### 14.1. Despesas Administrativas Específicas do Plano Assistencial

As despesas administrativas diretas da administração dos planos de saúde são atribuídas e custeadas pelo Plano Assistencial.

### 14.2. Despesas Administrativas Comuns às Demais Atividades do Agros

As despesas administrativas do Agros de natureza comum são rateadas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), na proporção orçamentária dos centros de custos e nos custeios de cada plano, sendo a cota/parte da Gestão Assistencial custeada integralmente pelo Plano Assistencial por meio de reembolso de taxa administrativa.

O Agros vem adotando estudos para a gestão e rateio das suas despesas administrativas, apurada depois da segregação do PDA, por centros de custos, de modo a reconhecer com mais precisão no Plano Assistencial aqueles gastos da sua própria gestão. As despesas administrativas do Plano de Saúde são registradas na conta 4.6 do Plano de Contas da ANS, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESPESAS ADMINISTRATIVAS - Conta 4.6				
Código da Conta	Descrição da Conta	2016	2015	Varição
4.6.1	DESPESAS COM PESSOAL PRÓPRIO	5.813.475	4.865.833	19,48%
4.6.2	DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.527.526	1.518.354	0,60%
4.6.3	DESPESAS COM LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO	126.370	118.544	6,60%
4.6.4	DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA INSTITUCIONAL	-	214	-100,00%
4.6.5	DESPESAS COM TRIBUTOS	490.216	391.251	25,29%
4.6.8	DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS	128.543	219.279	-41,38%
<b>TOTAL</b>		<b>8.086.130</b>	<b>7.113.475</b>	<b>13,67%</b>

## 15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Entidade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Para evitar e amenizar o impacto da possível ocorrência desses riscos, o Agros implantou unidade administrativa interna responsável pelo gerenciamento e avaliação de riscos, possuindo também um Comitê de Controles Internos. O Instituto supervisiona as atividades com o auxílio de sistema e assessoria especializada, desenvolvendo várias ações.

Destacam-se:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação/análise dos riscos;
- Análise qualitativa dos riscos (priorização dos riscos para análise e ação adicional por meio de avaliação não quantitativa de seus impactos e do nível de riscos);
- Análise quantitativa dos riscos (análise numérica do efeito dos riscos mais críticos evidenciados na análise qualitativa);
- Definição de alternativas para tratamento dos riscos;
- Definição de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Validação de metodologias, processos, modelos e, ou, controles voltados para a gestão de riscos;
- Monitoramento (analisar a efetividade dos planos de ação, comportamento de indicadores, limites de exposição e existência de controles internos);
- Consolidação do perfil de risco da operadora;
- Apoio a decisões quanto aos aspectos de riscos;
- Treinamento interno em relação a riscos;
- Implementação de ações para disseminação da cultura de riscos na operadora;
- Controle e reporte de exposições a riscos (acompanhamento das ações de mitigação, proposição, implementação e acompanhamento das ações de controle).

Importante salientar que o Agros, em relação a seus administradores, empregados ou assemelhados, estabelece regras, código de ética e conduta que protegem a integridade e continuidade do Instituto. Além disso, considerando que o Instituto é uma entidade de previdência complementar que administra planos de saúde para seus participantes, possui manual de governança corporativa e divulga em seu site, para maior transparência de suas ações, demonstrativos de investimentos, demonstrativos contábeis e financeiros, política de investimentos, entre outros.

Ressalta-se que o Instituto reconhece que os procedimentos de avaliação de riscos e controles devem ser mantidos e aprimorados como prática periódica em suas atividades.

## **16. INFORMAÇÕES FINAIS E FATOS RELEVANTES**

### **16.1. Encerramento de Convênio**

O Convênio 043/2005 firmado entre a UFV e o Agros visava conjugação de esforços buscando a melhoria das condições de saúde da comunidade universitária e dependentes e a prestação de serviços da Divisão de Saúde da UFV. Para cumprimento deste convênio a UFV disponibiliza recursos humanos, de infraestrutura (espaço físico, equipamentos, meios de comunicação e consumíveis, como água e energia) e outras facilidades. O Instituto disponibiliza recursos humanos na área de saúde, assim como materiais e reagentes para o laboratório de análises clínicas. Aditivos a esse Convênio permitem o atendimento aos participantes da cidade de Florestal, no ambulatório e no Serviço de Atividade Física e Saúde - Espaço Movimento. Em Viçosa o Convênio oferece o desenvolvimento do Serviço de Atenção à Saúde Mental - Semente, além do desenvolvimento de campanhas e projetos de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Questionamentos sobre as vantagens estruturais e financeiras do Convênio para o participante do Agros começaram a ser feitos em 2011, quando foi solicitada a expansão do mesmo. Diante disso, o Conselho Deliberativo do Instituto nomeou em 2014 uma Comissão que procedeu estudos sobre o atendimento e gastos do Agros e da UFV neste convênio, tendo como base os registros da Divisão de Saúde - UFV. O trabalho desta Comissão demonstrou as vantagens do Convênio para os participantes e não participantes do Agros, além da economia para o Instituto na compra de medicamentos neoplásicos constantes do rol da ANS, uso de instalações da UFV, sem que tivesse que pagar aluguel, dentre outros. Dados de 2014 mostram o equilíbrio entre Agros e UFV nos atendimentos e custos, isto é, atendimentos a participantes do Agros 28,9% e custos de 29,7%, cabendo à UFV o complemento dos custos para 100%. Outras atividades como aquisição de medicamentos e campanhas não foram, ainda, consideradas na análise feita.

Outra Comissão, composta por assessores jurídicos do Agros, da Funarbe e do Procurador da UFV, concluiu não haver qualquer óbice legal ao convênio e recomendou adequá-lo ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV. Em razão disso, o Conselho Deliberativo nomeou outra Comissão que estava avaliando opções para otimizar o atendimento aos participantes do Agros na Divisão de Saúde (DSA).

Apesar dessas iniciativas, o Instituto e grande parte de seus participantes foram surpreendidos por quatro ações judiciais impetradas pela Associação dos Servidores Técnicos -Administrativos da UFV ASAV e alguns de seus associados contra o plano de saúde do Agros. Além disso, denúncias junto a órgãos federais de controle e fiscalização da saúde (ANS) e de previdência fechada (Previc) também foram feitas. Soma-se a isto a denúncia feita ao TCU, que notificou a UFV e o Agros requerendo esclarecimentos. Especificamente no caso da PREVIC, além das informações solicitadas por ela, ofício enviado ao Instituto determinava preliminarmente o encerramento do Convênio, sob pena de sanções previstas no Decreto 4.942.

Diante de todos esses fatos, o Conselho Deliberativo do Agros decidiu pelo encerramento do Convênio 043/2005 em maio de 2016.

Com relação à rede própria do Agros em Florestal, a Operadora, por meio de determinação de seu Conselho Deliberativo, implantou no final de 2016 ambulatório de atendimento aos beneficiários naquela cidade, com consultas nas especialidades de clínica geral, ginecologia, ortopedia e pediatria, considerando a finalização do convênio e a deficiência de rede prestadora de serviço em saúde naquela cidade. Os custos da implantação do ambulatório, considerando mão-de-obra e infraestrutura, serão incorporados nos procedimentos médicos realizados pela rede própria e contabilizados no ativo conforme plano de contas da ANS.

O Serviço de Atenção à Saúde Mental – Semente e o Espaço de Atividade Física e Saúde, continuam sendo ofertados em espaços físicos da UFV, considerando que os mesmos são destinados exclusivamente a beneficiários do Agros, não infringindo as determinações da PREVIC.

Esclarecemos que o Agros entende que a finalização do convênio não elimina a possibilidade de outros tipos de cooperação com a UFV em prol do bem-estar dos participantes.

## 16.2. Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde

Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde - Conta 4.4.1.3				
Código da Conta	Descrição da Conta	2016	2015	Varição
4.4.1.3.1.9.0.1.3	Despesas com Encargos Sociais *	-	-	-
4.4.1.3.1.9.0.1.6	Reclamações Judiciais Não Cobreta no Contrato do Beneficiário	21.191	34.865	-39,22%
4.4.1.3.1.9.0.1.7	Despesas Por Serviços Prestados Por Terceiros	48.221	117.297	-58,89%
4.4.1.3.1.9.0.1.9	Outras Despesas ( Inclui Encargos Sociais) *	6.613.185	8.884.539	-25,57%
<b>TOTAL</b>		<b>6.682.597</b>	<b>9.036.701</b>	<b>-26,05%</b>

\* A conta Outras Despesas, no Exercício de 2015 contabilizou os valores de Despesas com Encargos Sociais, que em 2016 está apresentado nesta mesma conta somente de forma comparativa.

Conforme Quadro acima, em 2016 a conta de Outras Despesas Operacionais teve uma redução devido ao encerramento do Convênio 043, demonstrado na Nota Explicativa 16.1.

## 16.3. Novas Resoluções

A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS emitiu as seguintes Resoluções que passarão a vigorar em janeiro de 2017: RN 418 de dezembro de 2016 que destaca: i) Mudanças no Plano de Contas e Estrutura e, ii) e altera a RN nº 173, de 10 de julho de 2008, que dispõe sobre a versão XML (Extensible Markup Language) do Documento de Informações Periódicas das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - DIOPS/ANS.

Viçosa, 31 de dezembro de 2016.

Regimar Ferreira de Freitas  
Contador - CRC-MG 53.166  
CPF: 478.633.236-49

Constantino José Gouvêa Filho  
Diretor Administrativo-Financeiro

Gilberto Paixão Rosado  
Diretor de Seguridade

Nairam Félix de Barros  
Diretor Geral

**PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS**



Anexo 1 ao JM/0540/2017 de 23/03/2017

**Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2016**

**Plano A (Previdenciário Celetista) do Agros**

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Celetista vigente no Agros, patrocinado pelo Agros, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objeto de análise de consistência, registrou, em 31/12/2016, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 21.015.442,11, equivalente a 14,20% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 148.015.907,13.
- 2) A partir 1º de abril de 2017, o Plano de Custeio volta a ser o fundamentado na avaliação atuarial de 1979, que, em decorrência da adequação à Emenda Complementar nº 20 de 15/12/1998, vigorou no período de Dezembro/1998 a Julho/2010, quais sejam:

**i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**

Idade do Participante na Data da Inscrição	Sobre o Salário de Participação (%)	Sobre o Excesso do Salário de Participação	
		Em relação à metade do maior valor teto do salário-de-benefício da previdência social (%)	Em relação ao maior valor teto do salário-de-benefício da previdência social (%)
Ate 18	1,50	2,00	7,00
19	1,55	2,00	7,00
20	1,60	2,00	7,00
21	1,65	2,00	7,00
22	1,70	2,00	7,00
23	1,75	2,00	7,00
24	1,80	2,00	7,00
25	1,85	2,00	7,00
26	1,90	2,00	7,00
27	1,95	2,00	7,00
28	2,00	2,00	7,00
29	2,05	2,00	7,00
30	2,10	2,00	7,00
31	2,15	2,00	7,00
32	2,20	2,00	7,00
33	2,25	2,00	7,00
34	2,30	2,00	7,00
35	2,35	2,00	7,00
36	2,40	2,00	7,00
37	2,45	2,00	7,00
38	2,50	2,00	7,00
39	2,55	2,00	7,00
40	2,60	2,00	7,00
41	2,65	2,00	7,00
42	2,70	2,00	7,00
43	2,75	2,00	7,00
44	2,80	2,00	7,00
45	2,85	2,00	7,00
46	2,90	2,00	7,00
47	2,95	2,00	7,00
48 e mais	3,00	2,00	7,00

**NOTA:** Aos participantes não assistidos que se filiaram ao Plano com idade igual ou superior a 35 (trinta e cinco) anos será incluída a cobrança da Joia de Adesão, em conformidade com o Regulamento do Plano, o ofício STEA: DT.A.2/1229/88/187 e a Resolução 32/90 do Conselho de Administração

**ii) Contribuição Normal dos Assistidos (\*1):**

A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor total recebido como benefício de aposentadoria.





**iii) Contribuição Normal da Patrocinadora (\*1):**

Valor igual ao total das contribuições recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos a este Plano de Previdência Complementar do Agros.

(\*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos e da Patrocinadora se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.

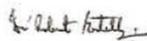
- 3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2016, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R\$ 148.015.907,13
Provisões Matemáticas	R\$ 127.000.465,02
Resultado Técnico Acumulado	R\$ 21.015.442,11
Ajuste de Precificação	R\$ 1.696.650,14
Resultado Técnico Ajustado	R\$ 22.712.092,25

O Resultado Técnico Acumulado de R\$ 21.015.442,11 está totalmente registrado na Reserva de Contingência, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 14,12 anos.

**NOTA:** Em conformidade com a Resolução CGPC N° 26/2008 (atualizada), o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit. Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017



**José Roberto Montello**  
Atuário MIBA 426





Anexo 2 ao JM/0540/2017 de 23/03/2017

Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2016

Plano B (Previdenciário Estatutário) do Agros

- 1) A situação financeiro-atuarial do Plano Previdenciário Estatutário vigente no Agros, patrocinado/instituído pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), avaliado pelo regime/método de financiamento atrelado, de modalidade Benefício Definido (BD), cujos dados foram objeto de análise de consistência, registrou, em 31/12/2016, contabilmente, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 188.672.106,56, equivalente a 33,54% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 562.587.917,45.
- 2) A partir 1º de abril de 2017, o Plano de Custeio passa a ser idêntico a todos os participantes não assistidos, sendo a cobrança da joia de adesão suspensa (quando realizada), quais sejam:
  - i) **Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos:**  
A contribuição normal dos participantes ativos corresponde a 0,20% do valor do salário de participação.
  - ii) **Contribuição Normal dos Assistidos (\*1):**  
A contribuição normal dos assistidos corresponde a 0,20% do valor recebido como benefício de aposentadoria do regime próprio de previdência.
    - (\*1) 15% do total das Contribuições Previdenciárias dos Participantes Não Assistidos e Assistidos se destinam ao custeio das despesas administrativas, observados os limites legais aplicáveis.
- 3) Dessa forma, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano, tomando por base o valor do Ajuste de Precificação informado pela Entidade, em 31/12/2016, corresponde a:

Patrimônio de Cobertura	R\$ 562.587.917,45
Provisões Matemáticas	R\$ 373.915.810,89
Resultado Técnico Acumulado	R\$ 188.672.106,56
Ajuste de Precificação	R\$ 8.078.701,41
Resultado Técnico Ajustado	R\$ 196.750.807,97

O Resultado Técnico Acumulado de R\$ 188.672.106,56 está registrado da seguinte forma: R\$ 90.300.668,33 na Reserva de Contingência e R\$ 98.371.438,23 na Reserva Especial de Revisão de Plano, tendo em vista que a Duração do Passivo é de 14,15 anos.

**NOTA:** Em conformidade com a Resolução CGPC Nº 26/2008 (atualizada), o valor do Ajuste de Precificação não pode ser utilizado para Distribuição e Destinação de Superávit. Portanto, não pode ser contabilizado como Reserva de Contingência

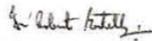




ou Reserva Especial de Revisão de Plano, no resultado superavitário registrado no exercício.

**FATO RELEVANTE:** Salvo Parecer Jurídico em contrário, enquanto não for decidido a quem pertence as reservas financeiras desse Plano Estatutário do Agros (em processo na Previc), entendemos que não deva ser aplicada a Resolução CGPC Nº 26/2008 e suas alterações, no que diz respeito à destinação e utilização do Superávit, inclusive do Fundo de Revisão de Plano existente desde 15/12/2010.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017



**José Roberto Montello**  
Atuário MIBA 426



## PARECERES DA AUDITORIA EXTERNA

**nexia teixeira**  
audítores

A member of  
**Nexia**  
International

Rua Paraíba, 1352, 12º. andar - 30.130-141  
Belo Horizonte, Minas Gerais  
Tel. +55 31 3282-993  
[secretaria@nexia-teixeira-audidores.com.br](mailto:secretaria@nexia-teixeira-audidores.com.br)  
[www.nexia-teixeira-audidores.com.br](http://www.nexia-teixeira-audidores.com.br)  


### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Senhores Membros da Diretoria Executiva e Conselheiros do  
**Agros - Instituto UFV de Seguridade Social**

#### **Opinião com ressalva**

Examinamos as Demonstrações contábeis do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social ("Agros" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os Planos de benefícios administrados pelo Instituto, aqui denominados de Consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, todas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa Opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para Opinião com ressalva", as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social e individual por Plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

### **Base para Opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota explicativa nº 18, o Instituto firmou com a PREVIC em 07/10/2014 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de: *i) comprovar que não há recurso público nos planos A e B após a criação do Plano B, ii) apresentar estudo atuarial/contábil da segregação dos recursos dos Planos A e B.*

Para atender ao item "ii", o Agros enviou ao órgão regulador ao final de 2015 um ofício informando que, baseado em outros estudos já apresentados, a segregação dos recursos entre os Planos A e B já foi demonstrada. Todavia, a PREVIC através do Ofício 05/2017 requereu novo estudo de segregação dos recursos a fim de apurar a evolução patrimonial destes planos entre janeiro de 2002 a dezembro de 2005. O relatório deste estudo, elaborado por empresa especializada, foi apresentado em 10/04/2017, onde foi apontado que o Ativo e o Superávit Acumulado do Plano A estão apresentados a maior por aproximadamente R\$ 17.815 mil em 31 de dezembro de 2016, atualizados com base na rentabilidade real dos investimentos. Este estudo revelou ainda que tais recursos devem ser realocados de acordo com os seguintes valores e destinações: R\$ 12.325 mil para o Plano B, R\$ 5.207 mil para o Plano Assistencial e R\$ 283 mil para o PGA. Neste sentido, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL dos Planos A e B e o PGA estão impactados por estes valores que não foram ajustados nas contas de ativo e Superávit (déficit) acumulado. Adicionalmente, não nos foi possível conhecer os efeitos deste assunto caso a evolução patrimonial da segregação dos recursos dos planos seja estendida para o período posterior a 01 de janeiro de 2006, devidamente atualizada.

A Administração da Entidade entende que este assunto não interfere nas Demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 de cada plano, tendo em vista que o resultado do estudo depende de análise e aprovação da PREVIC, inclusive com a concordância de valor que poderá ser eventualmente alterado e que a contabilização deste evento será feita quando houver a conclusão deste assunto por parte do órgão regulador.

O assunto relacionado a comprovação de que não há recurso público nos planos A e B (item "i" do TAC) é objeto de menção no presente relatório na seção intitulada "Ênfases" a seguir apresentada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

### **Ênfases**

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião, e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela NBC-TA 706, os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das Demonstrações contábeis:

- 1) O Agros, em atendimento ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) descrito na Nota explicativa nº 18, apresentou para a PREVIC em 21/12/2015 um "Termo de Quitação" emitido pela patrocinadora Universidade Federal de Viçosa - UFV, que declara inexistir qualquer débito do Instituto em decorrência da instituição do Regime Jurídico Único – RJU da União, em especial com relação às contribuições aportadas por esta patrocinadora até outubro de 1995, em face de ter ocorrido prazo prescricional de cobrança dos valores ou discussão a respeito. Cabe destacar que a implementação do Plano B desde a sua criação não é reconhecida e aprovada pelo órgão regulador das EFPC, já que alguns benefícios de aposentaria da massa de participantes atingida pelo RJU é garantida pela União. Conforme demonstrado em sua DAL, o ativo líquido do Plano B totaliza R\$ 589 milhões, as reservas matemáticas R\$ 374 milhões, o Superávit acumulado R\$ 189 milhões e o Fundo Previdencial R\$ 27 milhões. Ademais, conforme apresentado na DMAL, as contribuições vertidas ao plano em 2016 foram de R\$ 698 mil e os benefícios previdenciários, pagos pelo Agros além daqueles garantidos pela União aos servidores públicos da patrocinadora atingidos pelo RJU, foram de R\$ 9.272 mil.

Apesar disso, o assunto continua em aberto na PREVIC, sendo incerto conhecer o desfecho do mesmo e seus eventuais reflexos nas Demonstrações contábeis do Agros em face de decisão futura a ser proferida pelo órgão regulador a respeito da devolução ou não dos recursos existentes no Plano B.

- 2) Conforme descrito na Nota explicativa nº 10b, o Instituto possui em 31 de dezembro de 2016 provisão tributária nos Planos Previdenciários A e B de R\$ 3.417 mil e de R\$ 13.660 mil, respectivamente, para fazer face à discussão sobre a inexistência de recolhimento do PIS e da COFINS. A discussão processual encontra-se em 1ª Instância no judiciário. O Agros não realiza depósitos judiciais para cobrir eventual desfecho desfavorável deste assunto por entender que não há determinação judicial a esse respeito.

### **Outro assunto**

As Demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente e sobre as quais foi emitido um relatório em 11 de março de 2016 sem ressalva.

### **Outras informações que acompanham as Demonstrações contábeis e o relatório do Auditor**

Os Gestores da Entidade são responsáveis por prepararem outras informações do Agros e divulgá-las no Relatório Anual de Informações - RAI. Este relatório é requerido pela Instrução PREVIC 13/2014 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações contábeis da Entidade remetidas para a PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras coisas: informações sobre a situação patrimonial dos planos, as Demonstrações contábeis consolidadas e individuais, pareceres, etc. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores devem efetuar leitura e verificação de consistência dessas informações em relação às Demonstrações contábeis auditadas. Na data de emissão deste relatório, o RAI de 2016 ainda se encontrava em fase de elaboração e, por esta razão, não efetuamos a leitura do mesmo, cujo prazo final de entrega é previsto para ocorrer em 30 de junho de 2017.

Nossa Opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais - RAI e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

### **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações contábeis**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração do Instituto.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis



representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem, que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2017.

*Teixeira e Associados*  
**nexia teixeira auditores**  A member of **Nexia**  
International  
CRC-MG 5.194

  
**Adriano Rezende Thomé**  
Sócio e Diretor  
CRC-MG 77.874-O/6

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Senhores Conselheiros e Membros da Diretoria do

**AGROS - INSTITUTO UFV DE SEGURIDADE SOCIAL**

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações contábeis do plano de assistência a saúde do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social ("Operadora"), que compreendem o Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas Demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa Opinião, as Demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do plano de assistência à saúde administrado pelo Agros - Instituto UFV de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### **Base para Opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota explicativa nº 10.1, a Operadora impetrou mandado de segurança requerendo a não exigibilidade do recolhimento da contribuição previdenciária apurada na base de 15% sobre os valores de notas fiscais ou faturas de serviços prestados por cooperativas de trabalho sem sentença até o momento. Todavia, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou, com repercussão geral, a inconstitucionalidade do recolhimento desta contribuição previdenciária. Dessa forma, existe o direito líquido e certo a favor da Operadora quanto a este crédito. O Agros não quantificou e, portanto, não escriturou em seu balanço patrimonial o montante do crédito tributário a seu favor, referente aos valores recolhidos indevidamente em anos anteriores, que poderão ser compensados futuramente com outros tributos federais. Por fim, a realização deste ativo irá depender da geração de obrigações tributárias no futuro suficientes para realizar tal compensação, e está sujeito a revisão, se ocorrer, pela Receita Federal do Brasil. Conseqüentemente, não foi possível quantificar o montante que o ativo da Operadora será aumentado e seus reflexos no resultado do exercício de 2016 e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Outros assuntos**

- 1) O Agros - Instituto UFV de Seguridade Social é uma Entidade fechada de previdência complementar constituída para administrar e executar planos de benefícios previdenciários. A Entidade também está autorizada a ofertar aos seus participantes planos privados de assistência à saúde e mantém controles apropriados para distinguir das atividades de previdência complementar nos termos da Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01. Portanto, as Demonstrações contábeis que acompanham o presente relatório foram preparadas de acordo com estes controles e a legislação aplicável e não incluem as transações dos Planos de Benefícios Previdenciários.
- 2) As Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente e sobre as quais foi emitido um relatório em 11 de março de 2016 sem ressalva.

### **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações contábeis**

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa Opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos Opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração da Operadora.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa Opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as Demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos, se houverem, que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de abril de 2017.

**nexia teixeira auditores**  
CRC-MG 5.194



**Adriano Rezende Thomé**  
Sócio e Diretor  
CRC-MG 77.874-O/6

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

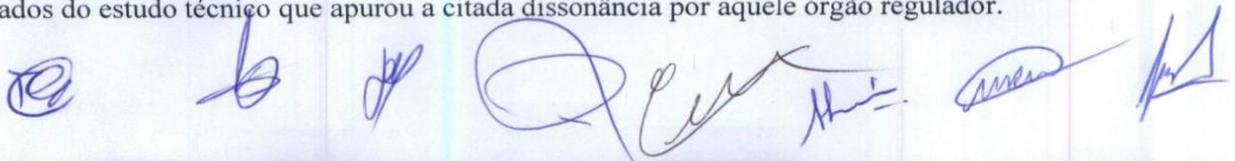
O Conselho Fiscal do Agros – Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou as informações das documentações descritas a seguir: **1) Referente aos Planos Previdenciários:** “Demonstração dos Balanços Patrimoniais – Consolidada”, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Consolidada”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano A (Celetista)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano A (Celetista)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração do Ativo Líquido – Plano C (Agros CD-01)”, “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano A (Celetista)”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano B (Estatutário)”, “Demonstração das Provisões Técnicas – Plano C (Agros CD-01)”, “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”, “Parecer Atuarial – Plano Previdenciário Celetista – Plano A – CLT”, “Parecer Atuarial – Plano Previdenciário Estatutário – Plano B – RJU”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”; **2) Referente ao Plano Assistencial:** “Balanço Patrimonial – Ativo”, “Balanço Patrimonial – Passivo”, “Demonstração do Resultado”, “Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”, “Demonstração do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”, “Relatório da Administração”, “Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas (PEONA)”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”, “Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes”, sendo toda esta documenta o relativa ao **exercício findo em 31/12/2016**.

Baseado nesses exames e em análises procedidas nos balancetes e demais demonstrativos, nas informações complementares obtidas junto aos órgãos financeiros, administrativos e contábeis da Instituição e, ainda, nos Pareceres das Assessorias Atuariais e dos Relatórios e Pareceres dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal aprova as contas e demonstrações financeiras acima mencionadas, visto que representam adequadamente a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por planos de benefícios e administrativo do Agros em 31 de dezembro de 2016.

Abre-se um parêntese apenas para tratar especificamente de um ponto levantado no Parecer do Auditor Independente que, na visão deste Conselho Fiscal, merece ser melhor refletido.

Isso porque, em seu parecer referente às demonstrações contábeis dos Planos Previdenciários, o Auditor Independente emitiu opinião com ressalva em razão da aprovação no âmbito das atividades referentes ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com a Previc, ter sido verificada dissonância em relação   evolução patrimonial dos Planos A, B, Assistencial e PGA, quando da segregação patrimonial em 31/12/2001.

Na opinião do Auditor, tão logo verificada a situação, o Agros deveria ter procedido a readequação contábil dos referidos planos. Ocorre que, consoante acordado entre o Agros e a Previc, por meio de ofício protocolado pela Loureiro Advogados Associados no Escritório de Representação de Minas Gerais da Previc (ERMG/Previc) em 20/01/2017 e Ofício n  05/2017/ERMG/DIFIS/PREVIC de 03/02/2017, qualquer medida concreta somente poderá ser adotada pelo Agros após a validação dos resultados do estudo técnico que apurou a citada dissonância por aquele órgão regulador.



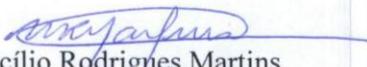
Por essa razão, embora compreenda-se que os fundamentos apresentados pelo Auditor, entende este Conselho ser mais prudente que o Agros, embora já cientificado dos fatos, aguarde a manifestação do órgão regulador para adoção da providência.

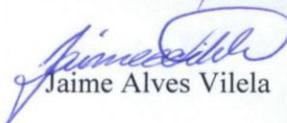
Deste feito, a despeito de discordar da ressalva, determina à Diretoria Executiva do Agros que mensalmente apresente a este Conselho informação acerca da evolução do TAC com especial atenção à questão comentada.

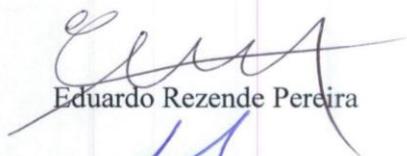
Viçosa, 24 de maio de 2017.

  
Benjamin Gonçalves Milagres

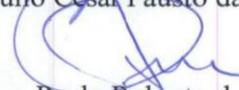
  
Fernando Laércio Alves da Silva

  
Marcílio Rodrigues Martins

  
Jaime Alves Vilela

  
Eduardo Rezende Pereira

  
Júlio César Fausto da Silva

  
Paulo Roberto da Silva

  
Álvaro César Sant'Anna

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

### RESOLUÇÃO N° 346/2017

O Conselho Deliberativo do Agros - Instituto UFV de Seguridade Social, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento às Normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), examinou os seguintes documentos: **(1) Referentes aos Planos Previdenciários:** “Demonstração dos Balanços Patrimoniais - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada”; “Demonstração da Mutação do Ativo Líquido dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); “Demonstração do Ativo Líquido” dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); “Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada”; “Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos A (Celetista), B (Estatutário) e C (Agros CD-01); “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”; “Parecer Atuarial dos Planos A (Celetista), B (Estatutário)”; “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”. **(2) Referentes aos Planos Assistenciais:** “Balanço Patrimonial – Ativo e Passivo”, “Demonstração do Resultado”, “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido”, “Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto”, “Demonstração do Resultado Abrangente”, “Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis”, “Relatório da Administração”, “Parecer Atuarial sobre as Provisões Técnicas (PEONA)”, “Relatório (Opinião) dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”, “Relatório Circunstanciado dos Auditores Independentes”. Toda a documenta o mencionada se refere ao **exercício findo em 31 de dezembro de 2016**. O Conselho também tomou conhecimento das demais informações constantes no **Relatório Anual de Informa es - RAI**.

Considerando os pareceres favoráveis da Assessoria Atuarial, dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal da Entidade e análise e considerações deste Colegiado, o Conselho Deliberativo concluiu que as referidas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2016, deliberando por sua aprovação.

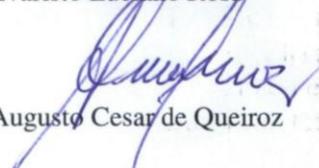
Viçosa, 30 de maio de 2017.



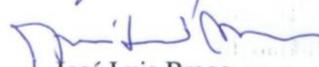
Guilherme Nacif de Faria



Evaristo Luciano Rosa



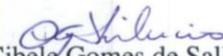
Augusto Cesar de Queiroz



José Luis Braga



José Reinaldo Lima



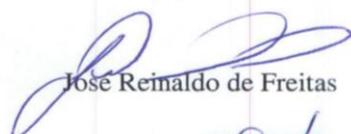
Cibele Gomes de Salles Tibúrcio



Alvaro de Araújo



Ant nio Raimundo Charr o Rodrigues



José Reinaldo de Freitas



Ricardo Gandini Lugão

### **Diretoria Executiva**

Nairam Félix de Barros (Diretor Geral)  
Gilberto Paixão Rosado (Diretor de Seguridade)  
Constantino José Gouvêa Filho (Diretor Administrativo-Financeiro)

### **Conselho Fiscal**

Marcílio Rodrigues Martins (Presidente)  
Benjamin Gonçalves Milagres  
Eduardo Rezende Pereira  
Fernando Laércio Alves da Silva  
Júlio César Fausto da Silva  
Paulo Roberto da Silva  
Jaime Alves Vilela  
Álvaro César Sant'Anna

### **Conselho Deliberativo**

Guilherme Nacif de Faria (Presidente)  
Evaristo Luciano Rosa  
Álvaro de Araújo  
Augusto César de Queiroz  
Antônio Raimundo Charrão Rodrigues  
José Luis Braga  
José Reinaldo de Freitas  
José Reinaldo Lima  
Ricardo Gandini Lugão  
Evandro de Castro Melo  
Cibele Gomes de Salles Tibúrcio

[www.agros.org.br](http://www.agros.org.br)

**Viçosa**

Av. Purdue, s/n, Campus da UFV

36570-900

Telefone: (31) 3899-6550

**Belo Horizonte**

Rua Sergipe, 1.087, salas 1004 e 1005, 10º andar,

Savassi. 30130-171

Telefone: (31) 3227-5878

**Florestal**

R. Pará de Minas, 128, Centro

35690-000

Tel: (31) 3536-2100